

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

**Dissertação de Mestrado**

**A CONSTITUIÇÃO DE EFEITOS DE SENTIDOS NA  
FORMULAÇÃO DO DISCURSO SOBRE A  
SEXUALIDADE: A PERGUNTA QUE PERMANECE**

---

**Caciane Souza de Medeiros**

**PPGL**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2004**

**A CONSTITUIÇÃO DE EFEITOS DE SENTIDOS NA  
FORMULAÇÃO DO DISCURSO SOBRE A  
SEXUALIDADE: A PERGUNTA QUE PERMANECE**

---

**por**

**Caciane Souza de Medeiros**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Lingüísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Letras.**

**PPGL**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2004**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação e Biologia  
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**A CONSTITUIÇÃO DE EFEITOS DE SENTIDOS NA FORMULAÇÃO DO  
DISCURSO SOBRE A SEXUALIDADE: A PERGUNTA QUE PERMANECE**

elaborada por  
**Caciane Souza de Medeiros**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Letras**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr. Amanda Eloina Scherer**  
(Presidente/ Orientadora)

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr. Solange Mittman**  
(Primeira Argüidora)

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr. Maria Tereza Campos Velho**  
(Segunda Argüidora)

Santa Maria, 25 de março de 2004

*A ventania*

*Assovia o vento dentro de mim.  
Estou despido. Dono de nada, dono de  
ninguém, nem mesmo dono de minhas  
certezas, sou minha cara contra o  
vento, a contra-vento, e sou o vento que  
bate em minha cara.*

*Eduardo Galeano*

*Dedico a presente dissertação aos três pilares que são formadores do conjunto complexo que marca meu caminho pessoal: meus pais, Airton e Rosa Beatriz, e meu irmão Pablo.*

*Sou grata à minha orientadora, Prof<sup>a</sup>.*

*Dr. Amanda Eloina Scherer, pelo  
interesse e paciência em conduzir-me  
pelo caminho irregular e, por vezes,  
movediço da Análise de Discurso.*

*Sou grata à minhas colega, Maísa, pela  
tensão compartilhada em momentos de  
neurose de produção escrita, pela  
amizade e união que soubemos nutrir  
uma pela outra.*

*Sou grata à minha família e amigos pelo  
carinho e incentivo constantes.*

*Sou grata a Deus que, envolvido em  
meus princípios e fé, consolidou minha  
disposição e consciência no decorrer do  
processo de escrita.*

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>vii</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>viii</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>PARTE I</b>	
<b>I. A SEXUALIDADE NA COLUNA SEXO E SAÚDE: UMA QUESTÃO DE MERCADO.....</b>	<b>07</b>
<b>PARTE II</b>	
<b>II - A PERGUNTA QUE NÃO CALA .....</b>	<b>12</b>
<b>II.1 – A formulação da sexualidade na Sexo e Saúde: um jogo de imagens.....</b>	<b>30</b>
<b>II. 2 - A pergunta na coluna Sexo e Saúde: um corpus da sexualidade.....</b>	<b>38</b>
<b>II.3 – A regularidade da pergunta: uma marca de oralidade.....</b>	<b>42</b>
<b>II.4 – A pergunta e o silêncio: os não-ditos que produzem efeitos.....</b>	<b>50</b>
<b>PARTE III</b>	
<b>III - A PERGUNTA QUE NÃO TEM RESPOSTA .....</b>	<b>67</b>
<b>III.1 – O que ressoa na coluna Sexo e Saúde: o poder/saber sobre o sexo.....</b>	<b>69</b>
<b>IV – CONCLUSÃO.....</b>	<b>87</b>

**V – BIBLIOGRAFIA ..... 92**

**VI – ANEXOS ..... 98**



## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A CONSTITUIÇÃO DE EFEITOS DE SENTIDOS NA FORMULAÇÃO DO DISCURSO SOBRE A SEXUALIDADE: A PERGUNTA QUE PERMANECE**

AUTORA: CACIANE SOUZA DE MEDEIROS  
ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. DR. AMANDA ELOINA SCHERER  
Local e Data da Defesa: Santa Maria, 25 de março de 2004.

Nossa análise tem como objetivo refletir acerca da produção de efeitos de sentidos que se constituem em um espaço de leitura de mídia impressa. Dessa forma, nos determinamos a descrever e a interpretar o processo de leitura na coluna Sexo e Saúde do Folhateen do Jornal Folha de S. Paulo, como parte da constituição de sentidos a partir da formulação desse objeto de leitura.

Entendemos que os modos de formular as questões sobre a sexualidade na coluna SS trazem marcas que nos permitem dar visibilidade aos aspectos ideológicos e condições de produção em que os dizeres sobre o sexo estão inscritos. Sendo assim, recortamos a pergunta, regularidade na coluna S.S., como marca textual que traz vestígios que apontam para a constituição de efeitos de sentidos a partir de uma formulação sobre a sexualidade.

Dividimos nossa análise em oito partes que tratam do processo de formulação na coluna. A pergunta, na coluna Sexo e Saúde, não se constitui apenas em um gesto de autoria. Sua formulação está amparada em uma ideologia que coloca as questões da sexualidade em um âmbito ideológico e de moral. A pergunta não traz respostas sobre o sexo, mas perpetua sentidos do discurso da sexualidade. Os sentidos que se constituem na coluna estão estabilizados e são repetidos (ressoam) em uma ordem que reúne ditos e não-ditos, material e simbólico. A partir dessa relação entre o que é formulado e o imaginário, entendemos ser a pergunta o elo material entre o texto e o discurso.

## **ABSTRACT**

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria

### **THE CONSTITUTION OF EFFECTS OF SENSES IN THE FORMULATION ABOUT SEXUALITY DISCOURSE: THE QUESTION THAT REMAIN**

AUTHOR: CACIANE SOUZA DE MEDEIROS  
ADVISER: PROF<sup>a</sup>. DR. AMANDA ELOINA SCHERER  
Santa Maria, 25 de março de 2004.

Our analysis has the purpose of reflecting upon the production of effects of senses constituted in a printed media reading environment. In that way, we determined ourselves to describe and to interpret the reading process in the Sex and Health column from Folha de São Paulo, Folhateen section, as part of the constitution of senses starting from the formulation of that reading object.

We understand that the manners of formulating questions about sexuality in the SH column bring marks that allow us to give visibility to the ideological aspects and production conditions in which sayings concerning sex are registered. In this way, we selected the question, a regularity in the SH column, as a textual mark that brings vestiges which point to the constitution of effects of senses starting from a formulation about sexuality.

We divided our analysis in eight chapters related to the formulation process in the column. The question, in the Sex and Health column, is not just constituted in a responsibility gesture. Its formulation is aided by an ideology that places sexuality subjects within an ideological and moral ambit. The question doesn't bring answers on sex, but it perpetuates senses of sexuality discourse. The senses that are constituted in the column are stabilized and they are repeated (they tune) in an order that gathers said and non-said, material and symbolic. Starting from that relationship among what is formulated and the imaginary, we understand to be the question the material link between text and discourse.

## INTRODUÇÃO

*Atrás da organização da linearidade textual o analista deve “apreender” a ordem significante do discurso na produção dos efeitos de sentidos. Nos bastidores da encenação dos sujeitos e dos sentidos, as formações discursivas, o interdiscurso fazem seu jogo.*

*(Eni Orlandi)*

A partir da concepção de que estamos sujeitos à língua (nos constituímos nela) e ao entender essa sujeição como caráter reflexivo de pesquisa, esta dissertação apresenta-se em uma orientação fundamentada em princípios referidos em uma teoria sobre o discurso. Princípios que indicam, segundo ORLANDI (1999), a compreensão da língua fazendo sentido, trabalhando com o simbólico, o social, o ideológico, o que é constitutivo do sujeito e da sua história.

Uma vez que é visto como efeito de sentidos entre locutores (PÊCHEUX, 1997), o discurso representa, em sua materialidade simbólica, o lugar em que língua, história e ideologia se encontram. Num mesmo movimento, o discurso materializa-se em mecanismo constitutivo de sujeitos e produtor de sentidos, ilusões e esquecimentos (ORLANDI, 1988).

A concepção de discurso como efeito de sentidos é, também, o princípio essencial que orienta a composição do objeto deste trabalho, que tem como tema: a constituição de efeitos de sentido, no processo de

leitura, na materialidade da coluna Sexo e Saúde (S.S.) do Folhateen do Jornal Folha de S. Paulo.

Nossa escolha temática caracteriza uma posição de estudo que abarca duas instâncias principais: a leitura e os efeitos de sentidos. A leitura está sendo considerada, aqui, como “*atribuição de sentidos*” (ORLANDI, 1993, p. 7). Essa atribuição está inserida em um processo que envolve a produção do objeto de leitura (formulação), em sua materialidade textual, constituinte dos objetos de leitura.

O espaço de constituição de sentidos do discurso envolve, dessa forma, a ordem do lingüístico. O que determina, pois, uma compreensão de língua não apenas como sistema abstrato de signos, mas como língua inserida no mundo, constituindo sentidos a partir de condições de produção social e historicamente determinadas. Nas palavras de PÊCHEUX (1995):

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo”<sup>1</sup> (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (PÊCHEUX, 1995, p.160).

Devido à compreensão de que a língua funciona ideologicamente e produz sentidos, a procura por marcas textuais na coluna S.S.<sup>2</sup> desenvolve-se em abertura para o simbólico, já que busca as

---

<sup>1</sup> Aspas – pontuação - do autor.

<sup>2</sup> Essa abreviatura será utilizada no decorrer do trabalho como forma de facilitar a leitura da dissertação.

regularidades e as falhas que compõem o discurso, não em uma leitura meramente textual. Essa abertura permite relacionar, através do dito, o não-dito. É dessa relação que os sentidos deslizam e constituem efeitos na prática de leitura. ORLANDI explicita essa relação, afirmando:

O princípio dessas práticas de leitura consistiria em levar em conta a relação do que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando “escutar”<sup>3</sup> a presença do não-dito no que é dito: presença produzida por uma ausência necessária (ORLANDI, 2001, p. 60).

Sob esse enfoque, criamos o objetivo deste estudo que está sendo desenvolvido na seguinte direção: trabalhar na busca das marcas textuais (deixadas na formulação) que constituem a textualidade da coluna S.S e identificar as regularidades e as falhas (espaços de interpretação) discursivas que constituem o discurso e são parte do processo de produção de efeitos de sentidos no espaço de leitura da coluna.

Trabalhamos com os sentidos, em sua constituição, tendo como ponto de partida uma materialidade textual (as 23 edições da coluna Sexo e Saúde do Jornal Folha de S. Paulo, correspondentes aos meses de maio a outubro de 2002) que é analisada por nós levando em consideração, de acordo com PÊCHEUX (1995), o jogo das imagens e da correlação de forças presentes na formação social que inclui essa materialidade. Os sentidos das palavras não são estáticos. Eles se movimentam conforme a formulação em que as palavras estão postas e o

lugar social ocupado pelo sujeito. “*Se ninguém diz qualquer coisa de qualquer lugar é porque o lugar de onde se enuncia constitui e limita o dizer*” (MARIANI, 1999, p. 108).

A compreensão da produção e do modo de interpretação desses textos da coluna S.S refere que a estamos analisando, em sua materialidade e em seus mecanismos de funcionamento. Tal análise é resultante do conhecimento de que, para significar, a língua tem de se inscrever na história. Assim, a observação dos mecanismos de funcionamento textual formulados só pode ser considerada em uma leitura discursiva, pois partimos do texto para chegar ao discurso e, neste, podemos observar a relação entre a linguagem e a exterioridade, a historicidade.

Levamos em conta a presença, nos textos da coluna Sexo e Saúde, das determinações sócio-histórico-ideológicas que caracterizam o processo de leitura e determinam a produção de efeitos de sentidos.

Nosso trabalho está recortado em partes que são constituintes da determinação da análise a que nos prestamos. Nosso objeto de pesquisa está registrado em um espaço de leitura específico que é o da mídia impressa e em uma temática-alvo que é a da sexualidade. A partir dessa condição de produção, desenvolvemos um capítulo inaugural que trata da relação entre a mídia, a sexualidade e a determinação econômica e ideológica de mercado, que constituem a produção da coluna.

---

<sup>3</sup> Aspas – pontuação – do autor.

Na segunda parte, descrevemos e analisamos a coluna S.S., cujo modo de formular as perguntas, gera as marcas que orientam nossa análise como recorte principal. A pergunta, como marca da produção de sentidos na coluna, nos permite investigar a ideologia produzida, a partir de uma formulação que inclui não-ditos que produzem efeitos. O dizer sobre a sexualidade é atualizado, isso pode ser observado na maneira de formular as questões sexuais. Consideramos, em nossa análise, que tal formulação sobre o sexo nos instiga a dar sentidos.

A terceira parte de nossa dissertação foi desenvolvida dando seguimento ao estudo da pergunta como marca do discurso sobre o sexo na coluna S.S.. Neste momento do trabalho, consideramos que a pergunta que apresenta a temática da coluna, não é respondida. Há, isso sim, questões sobre o sexo que são formuladas em um movimento de atualização que traz, em sua constituição, as ressonâncias de ordem moral correspondentes a uma ideologia do saber/poder do sexo.

A incompletude do discurso e do sujeito possibilita a atribuição de sentidos. Ao pensar a língua na relação à exterioridade, estamos caminhando em uma busca que concebe o discurso em abertura com o simbólico, constituído em uma rede formada por um processo cultural, histórico e político de produção.

Nossa análise arredonda-se em uma esfera que entende o espaço de produção de objetos de leitura, nesse caso a mídia, como lugar ideológico de representação dos padrões sociais sobre o sexo. Dessa

forma, entendemos que a produção de efeitos de sentidos está relacionada a uma formulação da sexualidade regida por dizeres e sentidos já postos.

No caminho pela procura de efeitos, a partir da coluna S.S, estamos imbuídos em *“compreender como e por que aquele sentido ‘colou’ e os demais não, isto é, determinar as condições que foram necessárias para ele fazer sentido na história daquela formação ou grupo social”* (MARIANI, 1997, p. 2). Nessa perspectiva trabalhamos em nosso corpus de estudo e desenvolvemos nossa análise.



## I. A SEXUALIDADE NA COLUNA SEXO E SAÚDE: UMA QUESTÃO DE MERCADO

*Mas a sexualidade, tornando-se assim  
um objeto de preocupação e de análise,  
como alvo de vigilância e de controle,  
produzia ao mesmo tempo a  
intensificação dos desejos de cada um  
por seu próprio corpo...*

*(Michel Foucault)*

Nosso corpus de estudo está constituído de uma temática – a sexualidade - que, para nós, não é a única que compõe a coluna Sexo e Saúde, já que está sendo considerada como parte de um discurso. Entendemos que os modos de formular as questões sobre sexo, na coluna, nos permite refletir acerca da produção de sentidos que as leituras possíveis sobre a sexualidade ganham em um espaço da mídia impressa.

FOUCAULT (2001) trata da sexualidade como um dispositivo sócio-historicamente manipulado pela relação poder/sexo. Estamos considerando esse dispositivo nos seguintes termos:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 2001, p. 100).

A partir da ligação da sexualidade com os aspectos ideológicos e históricos que regem a esfera social, entendemos que há um discurso sobre o sexo que já existe e é atualizado, em forma de dispositivo de informação, na coluna S.S. Ou seja, esse dispositivo está sendo caracterizado como uma questão de saúde presente no âmbito social dos sujeitos.

A coluna apresenta a temática da sexualidade como algo que precisa de explicação, como se a sexualidade na adolescência fosse permeada por questões naturais (próprias dessa fase da vida), por segredos que prescindem de uma explicação autorizada. A coluna está posta em uma posição de explicadora do sexo sob a égide da saúde sexual.

Em face disso, nosso estudo trabalha em uma linha que relaciona a mídia (enquanto produtora de objetos de leitura) sobre a sexualidade (enquanto informação veiculada) ao mercado. Este último está sendo pensado por nós como mediador da necessidade de produção da informação na mídia para consumo do leitor, isto é, há uma determinação de mercado que orienta e limita a divulgação informativa que se materializa no jornal impresso.

Consideramos que existe, na mídia impressa, uma economia da informação (BORDIEU, 1982). Se não há mais a necessidade de a mídia esconder-se no mito do espaço de veiculação de informações neutras e objetivas, há a de vigorar no papel do jornal como difusor dos modelos de

sociabilidade – espaço de discussão das temáticas sociais, como é o caso da sexualidade - e regulador do consumo.

Nossa análise dá atenção, no espaço de discussão da ótica social que a mídia assume, para o fato de que a produção dos objetos de leitura na mídia é regulada por empresas que já abandonaram o papel (ou nunca o desempenharam) de prestadoras de serviço, como divulgadoras imparciais e desinteressadas dos acontecimentos sociais, mas mantêm a posição de formadoras de opinião e criadoras de espaço para discussão dos assuntos que compõem a ordem social.

O lugar da mídia, como explicadora das temáticas sociais, é perpassado por uma construção mercadológica que determina o que é vendável, pois consideramos nosso corpus, a coluna S.S., como um produto de leitura. Há uma orientação que privilegia, por exemplo, a abordagem do sexo em uma coluna dirigida a jovens. No entanto a questão de mercado não só está limitada à escolha de um tema em si, mas também às formas de abordagem das questões acerca do tema escolhido.

A coluna S.S. trata de sexo, mas, ao relacionar sua temática a uma informação que inclui um conceito de saúde, se encaminha para um nicho de mercado. A questão sexual poderia ter, em outro lugar, uma dimensão pornográfica ou especificamente clínica. Em nosso corpus, a sexualidade ganha sentido como informação de sexo e saúde para jovens leitores. A produção (visando ao consumo) da coluna é direcionada por

uma política de mercado que é parte do processo de produção de leitura no espaço da mídia impressa.

Ao considerarmos a citada leitura no espaço de mídia como produção para o consumo, entendemos que *“a mídia produz sentido por meio de um insistente retorno de figuras, de sínteses-narrativas, de representações que constituem o imaginário social”* (GREGOLIN, 2003, p. 96). Não tencionamos, portanto, discutir a legitimidade ou não das maneiras de informar que caracterizam o processo de informação midiático, ao qual a coluna S.S. está atrelada. Nossa determinação é descrever e interpretar esse processo como parte da constituição de sentidos, a partir da formulação de uma leitura.

Há um agenciamento de idéias, conceitos e imagens que estão presentes na formulação da coluna. A idéia de sexualidade e de adolescência, na S.S., é desenvolvida embasada em uma discursividade constituída em um imaginário social. A partir desse imaginário, a coluna sobre sexo se posiciona como autorizada a falar de sexo para jovens.

Já existe um ideal que predetermina as questões sexuais próprias à adolescência. No entanto, *“o que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta”* (GREGOLIN, 2003, p. 97).

A descrição do ambiente (o físico) e da formação ideológica de produção da coluna, não é de caráter simplista e, ainda, conclusivo.

Apenas configura como fator de percepção das condições de produção que cercam (constituem) a coluna e a manutenção do discurso.

Levamos em conta que a observação dos aspectos sociais e econômicos que confluem na produção do nosso corpus, é determinante no processo de descrição do objeto e da materialidade textual da coluna.

## II. A PERGUNTA QUE NÃO CALA

*Um dia alguém teve a idéia bastante curiosa de utilizar um certo número de propriedades rítmicas ou musicais da linguagem para falar, para impor uma certa relação de poder sobre os outros.*

*(Michel Foucault)*

Quando procedemos à leitura descritiva de nosso objeto de estudo, entendemos a necessidade de constituir um corpus que esteja em relação com o objetivo de análise. Neste momento, percebemos a importância e a consistência (ou não) do aparato teórico que formamos para fundamentar nosso trabalho.

Ao propormos uma investigação, por intermédio das marcas da formulação, de como podem estar constituídos os efeitos de leitura (efeito-leitor), dentro de um espaço discursivo de mídia impressa, localizamos nosso estudo em uma orientação teórica discursiva. Esse direcionamento teórico se justifica por entendermos ser esse caminho o que apresenta uma concepção teórico-metodológica capaz de dar conta da complexidade constitutiva dos processos de leitura. De acordo com ORLANDI (1996), esse eixo teórico é primeiramente:

Uma espécie de antidisciplina, uma desdisciplina, que vai colocar questões da lingüística no campo de sua constituição, interpelando-a pela historicidade que ela apaga do mesmo modo que coloca questões para as ciências sociais em seus

fundamentos, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam. (ORLANDI, 1996, p. 25)

Mais precisamente, nossa escolha teórica está fundada no fato de a Análise de Discurso fundamentar-se na formulação conceitual de discurso como objeto próprio de sua análise.

Visto que é tido como efeito de sentidos entre locutores (PÊCHEUX, 1997) – e não como transmissão de informação, o discurso representa, em sua materialidade simbólica, o lugar em que língua, história e ideologia mantêm relação. Isto quer dizer que, longe de cumprir apenas a função de transmissão de informações, o complexo processo de significação da linguagem exhibe, principalmente, uma prática constitutiva de cunho social. De acordo com SCHERER (1999), a linguagem é um campo em que o social e o cultural estão incluídos. Nas palavras da autora:

Mais que um reflexo da realidade cultural, a linguagem é condição constitutiva de sua possibilidade, quer dizer, é no discurso que um grupo constrói a formulação de sua unidade e a imagem de sua identidade pela diferenciação com os outros grupos. (SCHERER, 1999, p. 193).

Já que a língua é trabalho (material), ela se apresenta como um artifício utilizado pelos sujeitos, para sugerir (ideologicamente) a outros sujeitos uma visão própria de mundo. Dessa forma, mais que um código de comunicação, a língua se institui como relação de formulação/produção entre sujeitos em conflito.

Essa relação língua/história/ideologia é ponto marcante para pensarmos um estudo que se apresente como discursivo. A língua é, portanto, concebida não como forma, sistema abstrato fechado, mas sim como em sua relação com o que é exterior. Essa exterioridade *“não tem a objetividade empírica do “fora” da linguagem, pois na análise de discurso, a exterioridade é suprimida para intervir como tal na textualidade”* (ORLANDI, 1996, p. 38). Estamos em um campo teórico que trabalha com a língua ligada, necessariamente, à produção de sentidos e à história, dos sujeitos e do dizer.

Pensando a coluna S.S do Folhateen do Jornal Folha de S. Paulo (nosso objeto de leitura), discursivamente (ORLANDI, 2001), percebemos a relação presente, na constituição do discurso, entre os sujeitos (nesse caso, o produtor e o leitor do texto) e os sentidos. Essa relação não só é constitutiva da produção de todo objeto de leitura (independentemente de sua utilização ou destino) como, segundo ORLANDI (2001), afeta o sujeito-leitor:

O sujeito se submete à língua(gem) – mergulhado em sua experiência e mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar(se) – em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado em que reflete sua interpelação pela ideologia (ORLANDI, 2001, p. 103).

Há, portanto, uma produção de efeitos de sentido que não se fecha ao domínio de quem produz; o texto liberta-se da intenção de quem escreve para ganhar sentidos que se estabilizam (estão em movimento)



de acordo com a leitura de cada sujeito-leitor (ORLANDI, 2001). MARIANI (1999) enfatiza o papel da constituição histórica e social do sujeito-leitor no processo de leitura. Segundo a autora:

Ao ler, isto é, ao significar, um leitor mobiliza suas histórias de leituras, relacionando o texto lido a outros textos já conhecidos. Da mesma forma, pode correlacionar o que lê a si mesmo, isto é, à sua própria história pessoal, bem como ao momento histórico em que vive e ao contexto de produção da obra. Leitor e texto, portanto, vão se integrando e se desvencilhando à medida que a historicidade de ambos emerge no processo de leitura. (MARIANI, 1999, p. 106).

O que está em jogo na produção e na realização da leitura é, portanto, a formulação – a posição, formação (ideológica e social), em que o produtor está inserido; a conjuntura (condições de produção) em que o texto é produzido (sua historicidade) e o sujeito-leitor.

Dessa reflexão, decorre a existência de um princípio: o de que a linguagem não é transparente, voltando à questão de que o sentido não é algo que se encontra intrínseco às palavras. HANAUER (1999) declara que:

(...) as palavras não significam por si só, não há um sentido prévio, universal. Elas somente adquirem sentido quando são mobilizadas pelos falantes. E não há, por isso, um sentido único, mas uma proliferação de sentidos, sobre a qual o sujeito não tem controle inclusive. (HANAUER, 1999, p. 139)

Estamos em uma concepção que prova a inexistência de uma verdade única (de um significado único e oculto) e dá lugar, então, a um

jogo de perspectivas que dependerão dos lugares sociais ocupados por diferentes sujeitos, por diferentes dizeres. Dito de outra forma, as palavras ganham novos sentidos de acordo com as posições sustentadas por aqueles que as utilizam. O sentido pode ser sempre outro, embora nunca seja qualquer um.

A articulação do sentido no discurso é constituída pela formação discursiva do sujeito, ou seja, os dizeres de um sujeito são determinados pela formação discursiva em que ele está inscrito. Essa determinação está amparada no conceito de formação discursiva (FD) que foi formulado por FOUCAULT (2000) como um dos conceitos que fazem parte de um estudo da arqueologia do saber, de como um estudo histórico é dependente não só do saber instituído socialmente, mas também da busca (arqueológica) dos lugares dos sujeitos e de seu discurso.

Na concepção de FOUCAULT (2000), o discurso constitui-se em um conjunto de enunciados que se amparam em uma mesma formação discursiva. O autor entende a FD como determinante no processo de produção de significação já que ela é estabelecida a partir de determinadas regularidades, como as de ordem, correlação, funcionamento e transformação. FOUCAULT (2000) afirma que:

(...) entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. (FOUCAULT, 2000, p. 43)

PÊCHEUX (1995) toma esta noção de formação discursiva incluindo outro aspecto: o da ideologia. O autor, desse modo, define a formação discursiva como *“aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, delimitada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”* (PÊCHEUX, 1995, p.160). Além disso, PÊCHEUX (1995) declara que o próprio de toda formação discursiva é dissimular, através da transparência do sentido que nela se fixa, a objetividade material do discurso. PÊCHEUX (1995) trabalha com a formação discursiva, em relação à ideologia, no que diz respeito às evidências de sentido. Segundo o analista:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1995, p.160)

As formações discursivas encontram-se inscritas numa formação ideológica, isso quer dizer, que existe um:

conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 166).

Entendemos que o que diferencia as FDs umas das outras é a forma como elas se relacionam com a formação ideológica. Entendemos, também, que essa relação possibilita caracterizar um discurso como sendo machista ou feminista, por exemplo. Na explicação de PÊCHEUX e FUCHS:

(...) o sentido de uma seqüência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta seqüência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos) (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 169).

O gesto de PÊCHEUX (1995) ao afirmar a inexistência de uma verdade única na linguagem, está ligado à questão epistemológica que dá o fundamento da teoria discursiva na concepção proposta por PÊCHEUX (1995). Este fundamento, cabe dizer, é composto por três regiões científicas, quais sejam: o materialismo histórico, a lingüística e a teoria do discurso.

A influência do materialismo histórico na teoria sobre o discurso, desenvolvida por PÊCHEUX (1995), tem referências nas releituras de Marx e Althusser (1992). O primeiro, de acordo com Althusser (1992), tratava da ideologia como sistema de idéias, de representações que controlam o espírito de um homem ou de um grupo social. ALTHUSSER (1992) compreende o valor da ideologia como prática. Esse caráter é afirmado por ALTHUSSER (1992) como característica de existência da ideologia na sociedade, mais detalhadamente, o autor acrescenta:

Ao falarmos dos aparelhos ideológicos do Estado e de suas práticas, dissemos que cada um deles era a realização de uma ideologia (a unidade destas diferentes ideologias regionais – religiosa, moral, jurídica, política, estética, etc, sendo assegurada por sua subordinação à ideologia dominante). Retomamos esta tese: uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material. (ALTHUSSER, 1992, p. 89)

ALTHUSSER (1992) assegura a existência material da ideologia caracterizando-a como ato de pensamento social e não individual. Essa ação ideológica é tida como representação do real e espelha os indivíduos em suas relações entre si e com o mundo (natureza). Sendo assim, o autor constata que: 1. não existe prática senão através de e sob uma ideologia; 2. não existe ideologia salvo através de um sujeito e para o sujeito. (ALTHUSSER, 1992).

Embasada em uma leitura do marxismo, ORLANDI (1999) propõe um deslocamento da questão da dissimulação ideológica, não mais em relação a uma verdade anterior, mas sim em relação à ilusão de transparência da linguagem e direcionamento de sentidos. Segundo a autora: “*a ideologia, por sua vez, é interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários*”. (ORLANDI, 1996, p. 31).

Essa disposição ideológica faz-se presente na ordenação dos sentidos. Esses, no entanto, estão constituídos num espaço (o discurso) que não é regular e tampouco limitado, pois está inscrito:

(...) na relação contínua entre, de um lado, a estrutura, a regra, a estabilização e o acontecimento, e, de outro, o jogo, o movimento, os sentidos e os sujeitos experimentam mundo e linguagem, repetem e se deslocam, permanecem e rompem limites (ORLANDI, 2001, p. 103).

Percebemos, na perspectiva de PÊCHEUX (1995), que há uma relação entre o sentido e a FD. Isto é, o sentido está ligado à formação discursiva, à medida que ela atribui determinado sentido.

Entendendo que o sentido não existe por si só, reafirmamos o pensamento de que não há sentido sem interpretação. O lugar da interpretação se dá naquilo que PÊCHEUX (2002) entende como pontos de deriva de sentido. Conforme o autor:

(...) todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar um outro (...) Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. (PÊCHEUX, 2002, p. 53)

De acordo com ORLANDI (2001), diante de qualquer objeto simbólico, o próprio do sujeito é interpretar. Mas, neste gesto interpretativo, existe outro movimento: o de seu próprio apagamento. Esse apagamento é determinante no processo de constituição do sujeito e do sentido. No momento da interpretação, o sentido aparece como evidente, como se já estivesse lá, sempre posto. ORLANDI (1996) afirma que é como se houvesse uma imposição à interpretação. Essa interpretação se dá em diferentes momentos e por diferentes gestos, uma vez que:

diante de qualquer objeto simbólico “x” somos instados a interpretar o que o “x” quer dizer? Nesse movimento da interpretação, aparece-nos como conteúdo já lá, como evidência, o sentido desse “x”. Ao se dizer, se interpreta – e interpretação tem sua espessura, sua materialidade – mas nega-se, no entanto, a interpretação e suas condições no momento mesmo em que ela se dá e se tem a impressão do sentido que se “reconhece”, já lá. (ORLANDI, 1996, p. 30)

PÊCHEUX (1995) observa que, no momento da constituição do sentido, o funcionamento da ideologia se dá *“como interpelação dos indivíduos em sujeitos”* (PÊCHEUX, 1995, p. 162). Isso se efetua pelo processo de identificação do sujeito com a formação discursiva que o constitui e que dá origem à imaginária unidade do sujeito. Estamos explicitando a relação entre ideologia e identificações do sujeito, ou seja,

podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele está constituído como sujeito). (PÊCHEUX, 1995, p. 163)

Salientamos, então, o caráter ideológico como determinante na formação do discurso e do sujeito. Assim, longe de ser um conjunto de representações, visão de mundo ou ocultação da realidade, a ideologia será função da relação necessária entre linguagem e mundo. É também por essa relação do sujeito com a linguagem e com a história, produzindo sentido, que compreendemos a conclusão de PÊCHEUX (1995): *“não há discurso sem sujeito nem sujeitos sem ideologia”*. Dessa forma, estamos

considerando o processo de leitura e a constituição do efeito-leitor na coluna S.S do Folhateen: na materialidade do que é formulado – transformado em objeto de leitura - e ideologicamente determinado.

Na teoria de PÊCHEUX (1995), a ideologia está engajada ao excesso e não à falta. Em outras palavras:

A ideologia representa a saturação, o efeito de completude que, por sua vez, produz o efeito de 'evidência', sustentando-se sobre o já dito, os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como 'natural'. (ORLANDI, 1997, p. 100)

Falar do sujeito em relação à ideologia é, portanto, fazer referência à forma-sujeito, da maneira como foi concebida por PÊCHEUX (1995): como um sujeito histórico que se constitui em sujeito do discurso, que regula (de acordo com sua FD) não só o que pode e deve ser dito, mas também o que não pode e não deve ser dito (COURTINE, ).

Uma vez que produz o dizer e atribui sentido, a interpelação, concebida na esfera do inconsciente, é encoberta no interior do seu próprio funcionamento. Essa dissimulação ajuda a promover a construção dos dois efeitos ideológicos de evidência – a evidência dos sujeitos e a dos sentidos. *“A evidência do sujeito – a de que somos sempre já sujeitos – apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia”*. (ORLANDI, 1999, p. 46). Essa evidência se dá pelo que PÊCHEUX (1995) chama de esquecimento nº 1. Vale dizer, o sujeito acredita ser a fonte do sentido, a origem de determinado dizer, não tendo plena consciência da



existência de um discurso socialmente preexistente por traz da aparência da liberdade de dizer de um indivíduo. Esse esquecimento é uma característica que identifica o sujeito como dotado de inconsciente (ORLANDI, 1988).

Já a evidência dos sentidos se manifesta pelo esquecimento nº 2 (PÊCHEUX, 1995). Este proporciona o apagamento do gesto de interpretação:

Há uma seleção feita pelo falante, em relação aos processos de produção de uma língua determinada, em que ele vai delimitando o que diz e, conseqüentemente, excluindo o que seria possível dizer naquela mesma situação. (ORLANDI, 1988, p. 10)

Esquecendo o caráter material da linguagem, o sujeito toma o sentido como único e como submetido ao seu controle. De modo que, se questionado a respeito do significado de seu dizer, tem possibilidade de construir reformulações, dele produzindo paráfrases<sup>4</sup> discursivas. O que indica que o sujeito é constituído, ainda, por um pré-consciente.

Evidenciando as ilusões do sujeito como necessárias para a existência do discurso, salientamos que as intenções de dizer do sujeito existem, fazem presença na cena discursiva, todavia:

---

<sup>4</sup> ORLANDI (1999) refere que a noção de paráfrase, dizer o mesmo, “representa o retorno aos mesmos espaços de dizer”(p. 36). Nesse retorno, o sujeito produz diferentes formulações do mesmo dizer firmado. No caso do nosso estudo, trabalhamos a noção de paráfrase na sua relação com a produção de sentidos, ou seja, levamos em conta que não há sentido sem repetição, pois é o processo de paráfraseamento que determina a instauração do sentido. Vale dizer que “a paráfrase é a matriz do sentido” (ORLANDI, 1999, p. 38).

Não se pode apreender, no discurso, um sujeito-em-si, mas sim um sujeito constituído socialmente pois não são só as intenções que contam, já que as convenções constituem parte fundamental do dizer. (ORLANDI, 1988, p. 10)

Convém notar que o sujeito, na perspectiva de PÊCHEUX (1995), é duplamente afetado: em seu funcionamento individualizado, pelo inconsciente e, em seu funcionamento social, pela ideologia (INDURSKY, 1998).

De acordo com ORLANDI (1999), a ideologia é condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. Assim, não percebemos (na esfera do consciente) que nos constituímos em sujeitos enquanto falamos ou escrevemos, o que nos faz acreditar que tudo o que dizemos é originado em nós mesmos. De outra forma, a evidência de sentido dissimula (apaga) o gesto de interpretação. Ao esquecer o caráter material da linguagem, tomamos o sentido como exclusivo. Desse modo:

A ideologia será então percebida como processo de produção de um imaginário, isto é, produção de uma interpretação particular que apareceria, no entanto, como a interpretação necessária, e que atribui sentidos fixos às palavras em um contexto histórico dado. (ORLANDI, 1997, p. 100 )

A condição de incompletude da linguagem está ligada não só à ideologia que interpela os sujeitos, mas também à necessidade histórica das diferentes formações discursivas (em movimento), como parte do processo de produção de sentidos.

Nem sujeitos nem sentidos estão completos, constituídos em definitivo. Eles estão em movimento e esse movimento não é aleatório nem programado, já que depende da história e da ideologia, que estão envolvidas neste processo. Estamos referindo *que “é porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito ao significar, se significa”*. (ORLANDI, 1999, p. 37)

A relação do sujeito com a ideologia mostra uma direção: a ligação dos dois campos que estão em jogo na condição de existência do discurso, para ORLANDI (1999) - o imaginário e o real. O primeiro corresponde ao lugar do autor no discurso e o segundo ao do sujeito. Ocorre, de acordo com ORLANDI (1999), que tudo o que há de real no discurso está relacionado com o que é dispersivo, contraditório, incompleto e descontínuo. Esse real é camuflado pelo sujeito que se imagina realizando a completude, a continuidade e a coerência na construção de um texto. Dessa forma, ele se constitui autor e realiza seu projeto totalizante, de unidade. É uma afirmação de que:

(...) se o próprio do discurso e do sujeito é sua incompletude, sua dispersão, e que um texto seja heterogêneo pois pode ser afetado por distintas formações discursivas, diferentes posições de sujeito, ele é regido pela força do imaginário da unidade, estabelecendo-se uma relação de dominância de uma formação discursiva com as outras, na sua constituição (ORLANDI, 1999, p. 74).

Para nosso trabalho de dissertação, esse pressuposto sobre a relação autor/texto e sujeito/discurso faz-se necessário como

característica de que o texto, em sua materialidade, passa a ter sentido não só pelo que o autor tencionou produzir (o processo de formulação), mas também pelos efeitos que, a partir da textualidade, são constituídos. Nosso estudo não está preso às formas textuais materializadas na coluna, porque, para pensar a questão do efeito-leitor, precisamos extrapolar o limite do texto, precisamos fazer uma leitura discursiva. Os efeitos de sentido, no espaço em que trabalhamos - no processo de leitura -, só podem ser pensados na relação entre os sujeitos e a história.

O pressuposto de o sujeito se entender completo faz parte do imaginário, uma vez que, no momento da fala ou da escrita, o sujeito é interpelado por múltiplas vozes que o antecedem e ditam as regras dos modos de dizer. Essas vozes estão relacionadas tanto às formações discursivas e às ideológicas, nas quais o sujeito se constitui, quanto à memória do dizer.

Pensando a heterogeneidade do discurso (constituído por diferentes FDs) e as características que influenciam a produção de um texto – diferentes textos, diferentes discursos e diferentes subjetividades que se fazem presentes e visíveis, somos instados a conceber o texto como um *“espaço discursivo heterogêneo”*. (INDURSKY, 2001, p. 30). Sem esquecer que as palavras não são uma exclusividade nossa, elas são sempre, simultaneamente, as palavras do outro. As palavras, segundo AUTHIER (1990), derivam dos já-ditos no dizer de outro, pois:

nenhuma palavra é “neutra”, mas inevitavelmente “carregada”, “ocupada”, “habitada”, “atravessada” pelos discursos nos quais “viveu sua existência socialmente sustentada”. (AUTHIER, 1990, p. 27)

Entendendo que todo discurso é marcado pelo discurso do outro, a discursividade é constituída por uma heterogeneidade de discursos, já que *“sempre, sob as palavras, ‘outras palavras’ são ditas”* (AUTHIER, 1990, p. 28).

Retomando a reflexão sobre a heterogeneidade discursiva, destacamos que há também a questão da heterogeneidade textual. Ela está marcada em sua materialidade e podemos afirmar que não é aleatória. Esta característica do texto está embasada na historicidade (movimento) do sujeito e do sentido. Se o discurso é efeito de sentidos, o sujeito mantém a ilusão de que é a origem do seu dizer e o sentido se institui a partir da relação histórica entre o discurso e o sujeito, o texto *“... se oferece como um excelente observatório do funcionamento do simbólico”* (ORLANDI, 2001, p. 12).

A partir da idéia de que o texto é uma unidade de análise (ORLANDI, 2001), um exemplar de discurso (MARIANI, 1999), uma produção que se efetiva através de um sujeito (com sua história, inconsciente e formação discursiva), ideologicamente interpelado, ele é, por formação e em sua historicidade, heterogêneo. Tal afirmação quer dizer que *“os sentidos que podem ser lidos, então, em um texto não estão*

*necessariamente ali, nele. O(s) sentido(s) de um texto passa(m) pela relação dele com outros textos” (ORLANDI, 1993, p. 11).*

ORLANDI (1993) apresenta a heterogeneidade textual como um processo de relações. A autora explicita como o processo acontece:

De forma bastante resumida, podemos dizer que há relações de sentidos que se estabelecem entre o que um texto diz e o que ele não diz, mas poderia dizer, e entre o que ele diz e o que os outros textos dizem. Essas relações de sentido atestam, pois, a intertextualidade, isto é, a relação de um texto com outros (existentes, possíveis ou imaginários). (ORLANDI, 1993, p. 11)

A interpelação de vozes é manifestada sob aspectos que estão ligados na relação entre o dito e o não-dito. Vale entender que, ao formular um dizer, o sujeito é afetado por vozes - *“formulações já feitas e esquecidas”, e que vão construindo um história dos sentidos” (ORLANDI, 1996, p. 71)* - que se suprimem (no instante em que se constituem) e, no momento da fala ou da escrita, tentam carregar o sentido para a instância da universalidade, da estabilização.

O sujeito não percebe que os objetos do saber, no processo de formulação, estão constituídos no interdiscurso (o dizível), portanto, mantêm relação com uma memória que é anterior ao sujeito e a sua vontade (intenção) de dizer. Essa memória já existe e compõe uma rede de saberes discursivos e de sentidos que se manifestam (possuem marcas) no gesto de formular. ORLANDI (1999) entende o interdiscurso

como memória discursiva, ou seja, não como memória psicológica, mas sim histórica. Na definição da analista:

Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra (ORLANDI, 1999, p. 31).

O processo de apagamento apresentado pelo sujeito desencadeia a ilusão de que o sentido não está constituído historicamente. Essa ilusão encoraja o sujeito a perceber-se fonte do dizer e ignorar que o movimento dos sentidos é determinado historicamente. ORLANDI (2001) aborda essa afirmação referindo que:

É isso que significa a determinação histórica dos sujeitos e dos sentidos: nem fixados ad eternum, nem desligados como se pudessem ser quaisquer uns. É porque é histórico (não natural) é que muda e é porque é histórico que se mantém. Os sentidos e os sujeitos poderiam ser sujeitos ou sentidos quaisquer, mas não são. Entre o possível e o historicamente determinado é que trabalha a análise de discurso. Nesse entremeio, nesse espaço de interpretação. A determinação não é uma fatalidade mecânica, ela é histórica. (ORLANDI, 2001, p. 103)

Essa ilusão, que permite ao sujeito ser indiferente à presença do movimento histórico na construção do discurso, se dá por via de um silenciamento. Na interpretação da autora: *“Esse é um silenciamento necessário, inconsciente, constitutivo para que o sujeito estabeleça sua posição, o lugar de seu dizer possível”* (ORLANDI, 1996, p. 72).

O silêncio significante está sendo referido por nós como parte de um processo, o de formulação. A formulação de um texto, na esfera de produção de leitura na mídia, envolve não só os já-ditos, em uma atualização que está em movimento, como também uma articulação de imagens que se manifesta no objetivo de produção da leitura, como o de despertar o interesse para tal leitura e para as maneiras de a formular.

## **II.1 A formulação da sexualidade na coluna Sexo e Saúde: um jogo de imagens**

O nosso corpus de estudo é a coluna S.S do Folhateen, um dos cadernos que vêm encartados no Jornal Folha de S. Paulo, todas as segundas-feiras. O caderno (Folhateen) é composto por doze páginas. O objeto (a coluna Sexo e Saúde), que se constitui como matéria de análise, ocupa a nona página.

Recolhemos vinte e três exemplares do Folhateen, reunidos entre os meses de maio a outubro de 2002. Este dado temporal do objeto de trabalho é mais do que uma simples informação descritiva, uma vez que, o lugar histórico em que o objeto se encontra significa e ajuda a compor a produção de efeitos de sentido, pois as condições de produção são constituintes do discurso. A coleta dos exemplares do Folhateen caracterizou o início de nossa apropriação do objeto de estudo para leitura.



A coluna *Sexo e Saúde*<sup>5</sup> é assinada por um médico<sup>6</sup>, colunista do *Jornal Folha de S. Paulo*. Trata-se, descritivamente, de uma seção em que perguntas de adolescentes, enviadas via carta ou e-mail, sobre sexualidade, saúde e comportamento, são editadas (expostas sob a forma de pergunta) e tematizadas pelo colunista.

A condição do sujeito, no momento em que se imagina (em sua ilusão) ser a fonte primeira e voluntária de seu dizer, abre caminho para tratarmos de uma relação que é parte do processo de formulação da coluna S.S: a noção de imagem e gesto/olhar.

Se estamos trabalhando com o processo de leitura, a partir da condição de que a coluna é assinada por um colunista (cujo lugar social é determinado), considerar a produção do dizer (que inclui a questão do gesto de autoria e a da imagem) faz-se um objeto de reflexão.

Além do tratamento textual que estamos trabalhando na materialidade da coluna S.S., referimos a questão da imagem como possibilidade na atribuição de sentidos, já que é um componente do processo de formulação.

Mesmo não procedendo em uma análise específica da imagem (na forma de ilustração da coluna), compartilhamos do pensamento de ORLANDI (1997) que concebe a linguagem como instância que abarca o plano verbal e o não-verbal igualmente. A figura, como linguagem, não só figura como ilustração, traço de complementação do texto verbal, mas se

---

<sup>5</sup> Ver, nos anexos, todas as edições que compõem o corpus de estudo.

constitui em texto, em discurso. O discurso é composto por imagens que estão em movimento e, no processo de formulação de um texto, são orientadas por gestos.

Pensar a figura como linguagem, implica pensá-la em sua materialidade específica – o não-verbal. Acreditamos que a tentativa de traduzir a imagem em palavras acaba por reduzir seu caráter significativo. A maneira de nos afastarmos dessa visão simplista (tradução da imagem verbalmente) é compreendermos que a materialidade visual possibilita a existência, enquanto forma, da imagem e não a sua relação com o verbal (SOUZA, 2000).

Para BARTHES (1990), a imagem se constitui na multiplicidade de sentidos. No entanto, entendemos que o sentido de qualquer discurso pode ser outro, o que pressupõe, assim, diferentes graus de polissemia no gesto de atribuição de sentidos. Mais do que o fato de ser polissêmica, o que forma a figura é a sua incompletude, diante da qual o sujeito é chamado a dar sentidos. No caso de estarmos tratando dos efeitos produzidos a partir da formulação de um objeto de leitura, esse chamamento é o que nos importa.

Estamos considerando a imagem, primeiro, no âmbito da produção de leitura. Há um jogo de imagens que norteia o produtor da coluna S.S. na formulação de seus textos. O colunista é orientado, no entanto, por

---

<sup>6</sup> O médico é o psiquiatra Dr. Jairo Bouer, conhecido por seu trabalho na mídia (rádio, televisão, jornal e Internet) falando sobre sexo e saúde para o público dito jovem.

diferentes imagens. Estas remetem a uma formulação que produz sentidos ligados a determinadas formações discursivas.

Por exemplo, sabemos que a coluna é dirigida para jovens. A intenção de atingir esse público pressupõe que o colunista – em sua posição - tenha uma imagem (física, ideológica, social e histórica) desse público. De outro lado, existe a figura do próprio colunista. Além da imagem correspondente à formação profissional de médico psiquiatra, há a posição de colunista que fala sobre sexo para jovens em um jornal de circulação nacional. A partir dessas posições e de seus objetivos jornalístico-comerciais, há um jogo de imagens que ajuda a construir uma formulação determinada, orientada por gestos (olhares) de leitura e interpretação. É nesse sentido que nos referimos ao jogo de imagens no processo de leitura. Esse jogo não é estanque, pois transcorre no caminho da produção de sentidos.

Em outro ponto, estamos considerando a imagem no âmbito de quem lê. A relação do sujeito-leitor com a imagem que constitui o sentido no ato de leitura. BARTHES (1984) exemplifica a ligação do sujeito com a imagem na possibilidade de atribuição de sentidos, a partir de uma visão semiológica, ao abordar o ato de leitura tendo como exemplo a fotografia.

O autor identifica a fotografia como um “certificado de presença” (BARTHES, 1984, p. 129) que traz consigo um referente. Para quem a vê (lê) pode parecer óbvio que a figura retrate um momento no mundo, que haja uma captação do real, de um acontecimento atestável visualmente.

No entanto, de acordo com BARTHES (1984), a leitura implica em uma inclinação do olhar. Este, portanto, não é imparcial.

O pensamento de BARTHES (1984) que apresenta o ato de ler como um direcionamento do olhar sobre o texto, em nosso entender, pode estar relacionado ao que ORLANDI (2001) concebe como leitura no processo discursivo. A autora conceitua a leitura como trabalho simbólico: *“tendo em sua base a variação assim como o texto comporta sempre outras formulações”* (ORLANDI, 2001, p. 65). Isso, levando-se em consideração a ligação entre a inclinação do olhar, referida em BARTHES (1984), e a noção de gesto, ligada à interpretação que se corporifica no textual, referida por ORLANDI (2001).

No caso da fotografia, enquanto objeto de leitura, as leituras possíveis – a partir da ilustração materializada -, representam pontos de vista investidos de significação e gestos de interpretação. O olhar, dentro da relação que estamos tratando, é um gesto dependente, é submetido à historicidade do texto e do sujeito.

Trazendo essa questão da inclinação da visão para nosso corpus de estudo, podemos referir que cada leitura sobre um determinado texto (em nosso caso, a coluna S.S) produz um novo texto. Há uma dinâmica de ressignificação que se movimenta de acordo com o objeto de leitura (sua formulação) e a interpretação particular de cada sujeito (num momento histórico dado) que é projetada no texto.

A partir dessa orientação de parcialidade do olhar, podemos pensar que, diante do objeto de leitura, seja ele um texto escrito ou gráfico/digital (como no exemplo da fotografia), o olhar do leitor passeia por pontos diversos, mas em sua orientação, há uma disciplina que o faz fixar-se em alguns pontos e ignorar outros. O olhar é, portanto, ideológico.

Estamos considerando que a inclinação do olhar, manifestada na leitura, é constantemente afetada pelos movimentos da história. Através desses movimentos poderemos compreender um real disposto à interpretação e que se forma no cruzamento da língua com a história. ORLANDI salienta essa questão histórica, como podemos observar na citação que segue:

O mesmo leitor não lê o mesmo texto em diferentes momentos e em condições distintas de produção de leitura, e o mesmo texto é lido de maneiras diferentes em diferentes épocas, por diferentes leitores. É isso que entendemos quando afirmamos que há uma história de leitura do texto e uma história de leitura dos leitores. (ORLANDI, 2001, p. 62)

Podemos pensar, dessa forma, que as várias leituras possíveis não são casuais. Em sua textualização elas

atestam modos de subjetivação distintos dos sujeitos pela sua relação com a materialidade da linguagem, ou melhor, com o corpo do texto, que guarda em si os vestígios da simbolização de relações de poder, na passagem do discurso a texto, em seus espaços abertos de significação. (ORLANDI, 2001, p. 68)

A inclinação do olhar, no momento da leitura, apresentada por BARTHES (1984), não está diretamente relacionada ao sujeito-autor que,

no ato da escrita, da produção textual, é guiado por gestos de interpretação e produz um efeito simultâneo: o efeito-leitor (ORLANDI, 2001), que também é chamado de leitor virtual (ORLANDI, 1993).

Em se tratando de pensar a imagem em seu potencial de linguagem, no âmbito dos meios de comunicação (a coluna S.S do Jornal Folha de S. Paulo), localizamos nossa leitura dela pela visualidade que lhe é característica – e não pela palavra. Dessa maneira, referindo o estudo de SOUZA (2001), teremos a produção de outras imagens (outros textos) pelo sujeito-leitor a partir do caráter de incompletude delas. Há, portanto, um deslocamento da questão da imagem como atribuição de sentidos únicos para uma instância em que o social e o ideológico estão em contínua relação.

Entendemos que a produção da coluna é guiada por imagens ( de jovem, de sexo, de produção de leitura para jovens, etc.) que são constituintes da formulação textual da coluna.

O que nos interessa procurar, nessa materialidade, é a constituição dos efeitos de leitura (efeito-leitor) pelas marcas da formulação da textualidade, buscando compreender os traços que não só compõem esse discurso, mas também são constituintes de efeitos de sentidos. Mais especificamente, trabalhamos com as marcas textuais como forma de buscar as leituras possíveis que os modos de formular as questões da sexualidade ganham na coluna.

Para chegar ao nível do discurso, necessitamos trabalhar as marcas textuais que indicam a constituição e a manutenção de alguns sentidos e a exclusão de outros (ORLANDI, 1999). Diante dessa concepção, dispomos do texto no seu modo de dizer, nos efeitos de sentido que podem surgir a partir dele, nos seus vestígios que nos permitem trafegar no caminho do discurso. Na acepção de ORLANDI e GUIMARÃES (1988):

As marcas são *pistas*. Não são encontradas diretamente. Para atingi-las é preciso teorizar. Além disso, a relação entre as marcas e o que elas significam é tão indireta quanto é indireta a relação do texto com suas condições de produção. No domínio discursivo não se pode, pois, tratar as marcas ao modo 'positivista' como na lingüística. (ORLANDI & GUIMARÃES, 1988, p. 18)

As marcas deixadas pelo sujeito indicam, em sua ligação com o que é exterior, os fatos discursivos (que incluem o que é histórico, social e ideológico - as condições de produção) que compõem o discurso e sua produção de sentidos. É isso que ORLANDI (1999) considera, ao afirmar que a teoria sobre o discurso

diferencia-se da Lingüística, porque não trabalha com as marcas (formais) mas com propriedades discursivas (materiais) que referem a língua à história para significar (relação língua-exterioridade). Em uma palavra, a análise de discurso trabalha com as formas materiais que reúnem forma-e-conteúdo. (ORLANDI, 1999, p. 90)

## II. 2 A pergunta na coluna Sexo e Saúde: um corpus da sexualidade

*As questões são fabricadas, como outra coisa qualquer. Se não deixam que você fabrique suas questões, com elementos vindos de toda parte, de qualquer lugar, se as colocam a você, não tem muito o que dizer.*

*(Gilles Deleuze)*

Destacamos em nossa análise, um ponto-chave, como regularidade marcada na coluna, que nos direciona para uma leitura discursiva do corpus: a pergunta. Ela é uma marca textual na coluna e a observação de seu funcionamento figura em uma leitura da sua relação com a produção de efeitos de sentidos.

A pergunta é parte de um processo de formulação que está relacionado a um movimento que é composto por dizeres (já ditos e atualizados) e sujeitos (autor e leitor da coluna). Dizeres e sujeitos estão misturados e a produção de sentidos é dependente desse movimento.

Disso decorre que observar a ligação da pergunta, enquanto marca que permite refletir a ideologia presente nas maneiras de formular na coluna S.S., nos direciona para uma análise que se objetiva discursiva.

Nossa opção por trabalhar com o plano textual da coluna começa a ser recortado no que chamamos de questões temáticas: os temas desenvolvidos no objeto de estudo. Decidimos por listar os temas centrais abordados na coluna, não selecionando um único tema por edição (o que



poderia caracterizar uma espécie de escolha e/ou posicionamento pessoal), mas sim apontando os vários temas abordados (via pergunta) em cada uma das edições recolhidas.

A partir disso, trabalhamos, ainda, em contrastar os temas que partem da pergunta e as variações (ou inclusões) temáticas que a materialidade textual da coluna apresenta. Ou seja, analisamos de que forma as questões abordadas são tratadas e dão margem a outras questões (deslizes de sentido) e qual a ideologia e os sentidos envolvidos nesse processo.

Os temas que compõem a coluna são: uso de preservativos e anticoncepcionais (camisinha e pílula), masturbação, prazer sexual, pedofilia, namoro/paixão, saúde/aparência, comportamento, drogas e cultura. Alertamos que alguns assuntos mais gerais (como prazer sexual, por exemplo) poderiam agrupar outros mais específicos (a masturbação pode ser um tipo de prazer sexual), mas como, para nós, o mais importante é o modo pelo qual esses temas estão formulados (inclusive quando se repetem), preferimos destacá-los nas suas generalidades. Relacionamos as temáticas a cada uma das edições que compõem o corpus de análise:

- **Uso de preservativos e anticoncepcionais** – camisinha e pílula: edições de 6 de maio (anexo 1), 20 de maio (anexo 3), 27 de maio (anexo 4), 22 de julho (anexo 10), 5 de agosto (anexo 11), 9 de setembro (anexo 16);

- **Prazer sexual:** edição de 3 de junho (anexo 5);
- **Masturbação:** edições de 13 de maio (anexo 2), 26 de agosto (anexo 14);
- **Prazer sexual:** edição de 3 de junho (anexo 5);
- **Pedofilia:** edição de 10 de junho (anexo 6);
- **Namoro/paixão:** edições de 15 de julho (anexo 9), 19 de agosto (anexo 13), 7 de outubro (anexo 20), 28 de outubro (anexo 23);
- **Saúde/aparência:** edições de 12 de agosto (anexo 12), 16 de setembro (anexo 17);
- **Uso de drogas:** edições de 30 de setembro (anexo 19), 14 de outubro (anexo 21);
- **Homossexualidade:** edição de 1º de julho (anexo 7);
- **Depressão/TPM:** edições de 8 de julho (anexo 8), 2 de setembro (anexo 15);
- **Cultura:** edição de 23 de setembro (anexo 18);
- **Estresse:** edição de 21 de outubro (anexo 22).

Para proceder a uma análise do funcionamento da pergunta na coluna, enquanto marca textual em abertura à produção de sentidos, estamos trabalhando no que chamamos de instâncias de superfície lingüística<sup>7</sup>. O processo de recorte se dá, então, em duas partes relacionadas que estamos chamando de: 1. A pergunta que inaugura a temática; 2. A pergunta como suporte para a resposta.

---

<sup>7</sup> A expressão superfície lingüística é utilizada por ORLANDI (1999), para designar o trabalho do analista ao recortar seu corpus de pesquisa.

A primeira parte refere-se à pergunta que desata o tema que está sendo tratado na coluna. A dúvida é mostrada como uma breve exposição do problema ou como uma incerteza e finalizada sob a forma de pergunta do leitor. Vejamos o exemplo da edição de 20 de maio de 2002 (ver no anexo III):

*Tenho 16 anos e transei sem camisinha com uma amiga. Foi de madrugada, e ela tomou a pílula do dia seguinte 12 horas depois. Ela garantiu também que tomava pílula anticoncepcional regularmente... Será que corremos risco de gravidez?*  
(FOLHATEEN, edição de 20/05 de 2002)

Observamos que a pergunta apresenta-se como anônima e é, lingüísticamente, identificada como de alguém pelo uso das aspas<sup>8</sup>. O sujeito-leitor se mostra jovem, regularmente, eles são jovens (de idades entre 13 e 20 anos) e trazem questões sobre sexo (uso de anticoncepcionais, prazer sexual, etc.) e saúde (ansiedade, doenças sexualmente transmissíveis, etc.).

Já a forma textual da resposta faz referência à pergunta da coluna, esta como marca que articula um modo de resposta (gesto de autoria) que é regular no desenvolvimento da coluna. Independentemente do tema, há sempre o uso de perguntas para fundamentar as respostas. Observemos o exemplo de um fragmento da edição de junho de 2002 (ver anexo VI) :

***Será que toda menina de 12 anos de hoje não tem desenvolvimento físico e não tem a menor idéia do que é um namoro e um beijo?***<sup>9</sup> *Bobagem! Basta uma rápida conversa com meninas dessa idade para perceber que garotos, namoros, festinhas e “ficadas” estão na pauta do dia.*  
(FOLHATEEN, 10/06 de 2002)

Essa regularidade, a pergunta, está sendo pensada como pista, como indício que, mais que um gesto de autoria do produtor da coluna, estabelece relação com a ideologia, portanto, constitui um percurso na produção do efeito-leitor. No decorrer de nossa dissertação, trabalhamos com a análise da pergunta enquanto estratégia para o desenvolvimento da resposta (texto da coluna).

Não trabalhamos em busca das perdas, das sobras, do que foi deixado de lado na constituição do dizer sobre a sexualidade na coluna. Ao contrário, enxergamos, no funcionamento da pergunta, o nosso elo material entre o texto e o discurso. A regularidade de aparecimento da pergunta na coluna, para obter uma resposta, nos vincula na compreensão de que *“a relação entre as palavras e as coisas, entre a linguagem e o real, não é direta, mas sim mediada pelo imaginário”* (NUNES, 2001, p. 37).

### **II.3 A regularidade da pergunta: uma marca de oralidade**

O funcionamento da pergunta e sua localização como regularidade marcada nos possibilita refletir sobre o modo de textualizar na coluna, ou seja, o que tal marca tem a ver com a produção de efeitos de sentidos.

---

<sup>8</sup> Ver, nos anexos, a forma de apresentação da coluna.

<sup>9</sup> Grifo nosso.

Identificamos a pergunta como um indício que relaciona, em sua forma textualizada, uma formulação que reúne, na escrita, aspectos da oralidade. Estamos querendo dizer é que a textualidade da coluna S.S está marcada por um aspecto de informalidade que tange à oralidade. O desprendimento formal do modo de dizer, na coluna, é uma tentativa de tornar 'natural' o objetivo de atingir o público jovem, já que este público-alvo é formado por adolescentes e esse coloquialismo, aliado a uma informalidade de expressão, é dito característico desse tipo de leitor.

Este modo de formular, que se materializa em um desprendimento da forma, está alicerçado em uma imagem do perfil dos jovens leitores do Jornal Folha de S. Paulo. A caracterização desse perfil é parte de um pensamento capitalista de venda, que se edifica como estratégia de produção. Sendo assim, uma coluna que pretende atingir o público jovem tem que considerar os aspectos sociais, expressos pelo consumo de determinada leitura, que identifica esse público como avesso ao hábito de leitura e às possíveis reflexões críticas que possam advir dessa prática regular.

Entendemos que, dentro de uma visão oportunista de mercado, um artigo para jovens precisa entrar em conformidade com essa imagem de leitor. Assim, a coluna perpetua o modelo de leitor (o que não lê e que assume uma terminologia composta por gírias, por exemplo.) no seu modo de formular, vale entender, a oralidade e a informalidade estão em

consonância com um rótulo que banaliza o desinteresse de leitura do jovem leitor.

Na perspectiva discursiva em que nos inscrevemos, trabalhamos a noção de oralidade relacionando a escrita, a história e a memória. Estamos considerando, assim, que as intenções exteriores à língua, - como a de atingir um determinado tipo de leitor -, materializam-se na maneira de produzir discurso. O fato de a coluna ser componente de um encarte dirigido a jovens leitores, ajuda a constituir os modos de textualizar o dizer sobre a sexualidade. Essa orientação é exterior<sup>10</sup>, constitui uma condição de produção do discurso e é guiada por gestos de leitura.

PÊCHEUX (1994) ao tratar da divisão social do trabalho de ler nos ensina sobre a noção de gesto de leitura. O autor mostra que há, de um lado, a autorização para a interpretação aos profissionais da leitura (das Letras, da História, da Filosofia) e, de outro lado (o da técnica), o apagamento da leitura nas atividades chamadas científicas (matemáticas, lógicas). Cada uma das partes realiza a seu modo, ainda que complementares, gestos de leitura que produzem seus efeitos na escritura e, conseqüentemente, na relação da sociedade com sua própria memória histórica.

---

<sup>10</sup> Esse exterior está inscrito, pelo imaginário do sujeito que produz formulações, no interior da significação (PÊCHEUX, 1993).

Esses gestos de leitura devem ser também pensados relativamente aos modos de interferências entre as forças da oralidade e da escrita em sua ligação com a memória.

Ao trabalhar na análise da pergunta, identificando-a como parte de uma formulação marcada por características textuais da oralidade, estamos imbuídos em compreender não o papel da pergunta como característica textual da coluna (o tipo de reflexão que ela pode provocar, ou o significado de sua exposição), mas sim como a produção (formulação) dessas perguntas em diferentes posições – formuladas pelo adolescente com dúvidas, ou formuladas pelo médico e colunista - faz sentido e orienta, para diferentes discursividades, leituras possíveis.

Observar o funcionamento da pergunta na coluna abre caminho para uma análise que tenciona partir da formulação para atingir a produção de efeitos de sentidos, sem descuidar da memória do dizer e da prática significativa da ideologia, constituintes do processo de leitura.

Sendo assim, pensar o percurso da pergunta na coluna (menos como questão que funda a temática, mais como modo de conduzir uma resposta e/ou assunto), direciona a análise para uma identificação das marcas que, deixadas na formulação, constituem sentidos que ajudam a compor o efeito-leitor.

É pertinente salientar que, por meio da observação do funcionamento da pergunta, como forma de mapear os sentidos

estabilizados na textualidade da coluna, tencionamos compreender como os sentidos se potencializam nesse discurso e quais seus efeitos.

Considerando o processo de leitura em termos discursivos, não estamos observando a produção e a recepção de leitura sob um prisma de decodificação de mensagens, porque entendemos a leitura, segundo ORLANDI (1993) como componente do processo de instauração de sentidos, ou seja,

considera-se que a leitura é produzida e se procura determinar o processo e as condições de sua produção. Daí se poder dizer que a leitura é o momento crítico da constituição do texto, o momento privilegiado do processo de interação verbal, uma vez que é nele que se desencadeia o processo de significação. No momento em que se realiza o processo de leitura, se configura o espaço da discursividade em que se instaura um modo de significação específico. (ORLANDI, 1993, p. 37-38)

Em face disso, importa-nos compreender não só a produção de objetos de leitura, mas também as possibilidades de leitura que ganham sentido a partir da formulação.

Na visão de ORLANDI (1993), a leitura ultrapassa a função de apreensão do sentido (informação) pela materialidade textual, ela busca, a partir do texto (objeto de leitura), o seu processo de produção e significação. Vale dizer:

o leitor não apreende meramente um sentido que já está lá; o leitor atribui sentidos ao texto. Ou seja: considera-se que a leitura é produzida e se procura determinar o processo e as condições de sua produção. (ORLANDI, 1993, p. 37).



ORLANDI (1993) ressalta, ainda, que o processo de leitura não implica uma relação de interação entre leitor e texto (do tipo sujeito/objeto), mas se apresenta em uma relação entre sujeitos diferentes - autor, leitor virtual, etc .(ORLANDI, 1993). O que está em causa é, então, a *“historicidade do texto, mas também a historicidade da própria ação da leitura, da sua produção”* (ORLANDI, 1993, p. 9).

De acordo com a mesma autora, todo texto, no momento em que é constituído, traz inscrito um leitor ideal. Esse é caracterizado como um *“leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige”* (ORLANDI, 1993, p. 9).

O efeito-leitor é um efeito de sentido construído essencialmente dentro do processo de leitura, isto é, sua constituição se dá *“pela virtualidade da posição leitor inscrita no texto, porquanto este traz em si um leitor idealizado, imaginado pelo autor, e também pelo leitor efetivo com sua memória”* (ORLANDI, 2001, p. 67).

No caso, por exemplo, do nosso objeto de estudo - a coluna S.S -, a questão da produção do efeito-leitor pode ser vista da seguinte forma: a coluna é componente do caderno jovem do Jornal Folha de S. Paulo. A constituição do efeito-leitor, a partir da textualidade materializada na coluna, contempla maneiras de formular as questões sobre a sexualidade.

Estamos trabalhando em um eixo teórico que concebe as marcas da formulação como constituintes do efeito-leitor, visto que este efeito se dá no reconhecimento – identificação do sujeito, gesto de interpretação –

de uma leitura no meio de outras. É a possibilidade de interpretação que constitui o processo de leitura que estamos referindo. Na abordagem de ORLANDI (2001):

(...) como há uma distância entre o discurso e a sua textualização, o texto tem impressas (guarda) marcas da textualização que é sujeita a movimento (é móvel) e que permite, em si, um espaço de interpretação (tanto de quem produz quanto de quem lê). (ORLANDI, 2001, p. 67)

Convém notar que, no texto, o efeito-leitor está marcado, primeiro pela intenção de quem escreve (formulação), em seguida, pela exposição do texto ao sujeito que lê (os sentidos que ele atribuirá). A autora supra citada explica esse processo da seguinte forma:

Não se pode falar do ligar do outro; no entanto, pelo mecanismo da antecipação, o sujeito-autor projeta-se imaginariamente no lugar em que o outro o espera com sua escuta e, assim, “guiado” por esse imaginário, constitui, na textualidade, um leitor virtual que lhe corresponde, como um seu duplo. (ORLANDI, 2001, p. 61)

Nosso trabalho se corporifica na idéia de que a própria materialidade do texto já vem acompanhada por um efeito-leitor, produzido, entre outros *“pelos gestos de interpretação de quem o produziu, pela resistência material da textualidade (formulação) e pela memória do sujeito que lê”* (ORLANDI, 2001, p.63-64).

É necessário lembrar que não estamos direcionados a uma busca pelo perfil de um suposto leitor ideal da coluna S.S. Nosso olhar está

voltado às formas de formular a sexualidade (interior textual) em relação ao exterior discursivo e à produção de sentidos.

A formulação é parte fundamental de nosso trabalho, já que, além de fazer parte do processo de produção do discurso (ORLANDI, 2001), ela guarda, em sua corporificação material, as marcas que nos conduzem ao discurso e ao complexo ideológico que está envolvido no processo de leitura da coluna S.S. Segundo ORLANDI (2001), é na formulação que a materialidade da língua e da história se encontram. A autora afirma:

É na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde). Momento de sua definição: corpo e emoções da/na linguagem. Sulcos no solo do dizer. Trilhas. Materialização da voz em sentidos, do gesto da mão em escrita, em traço, em signo. Do olhar, do trejeito, da tomada de corpo pela significação. E o inverso: os sentidos tomando corpo. Na formulação - pelo equívoco, falha da língua inscrita na história – corpo e sentido se atravessam. (ORLANDI, 2001, p. 9)

A concepção de formulação, vale dizer, de dar corpo aos sentidos (ORLANDI, 2001), nos conduz a uma direção que entende tal formulação como modo de atualização do discurso. Este modo nos interessa; ele e as condições (circunstâncias) em que a formulação ganha corpo.

Nosso objetivo, na busca pelas marcas formuladas na coluna S.S, é relacionar estas com os efeitos produzidos (a partir da textualidade da coluna), ou seja, tentar desnaturalizar a rede de sentidos já postos/institucionalizados e observar essa produção na relação contínua entre língua e história. Há uma tendência que não podemos ignorar, já

que constitui a produção de sentidos e, nesta ancoragem, trabalhamos, uma vez que *“a linguagem tende para a textualidade; em minhas palavras, tende a formular-se, dar-se corpo”*. (ORLANDI, 2001, p. 17).

A formulação, dentro da perspectiva de que a leitura é trabalho simbólico, encaminha-se para a formação do efeito-leitor. Estamos querendo dizer que:

Há pois muitas versões de leituras possíveis. São vários os efeitos-leitor produzidos a partir de um texto. São diferentes possibilidades de leitura que não se alternam, mas coexistem assim como coexistem diferentes possibilidades de formulação em um mesmo sítio de significação. É isso que deve ser trabalhado. Simbolicamente. (ORLANDI, 2001, p. 71)

A existência de um efeito-leitor está ligada à materialidade do discurso, composta pelo sujeito, ideologia e história e fundada na materialidade do simbólico (ORLANDI (2001). Na prática do discurso, as relações imaginárias estão marcadas e produzem efeitos de sentido. Sem esquecer que a leitura (com seus efeitos) é uma dessas práticas.

#### **II.4 A pergunta e o silêncio: os não-ditos que produzem efeitos**

A prática de leitura da coluna S.S. está relacionada com um espaço de produção que inclui dizeres, com sentidos que ultrapassam a esfera textual. Neste ponto, incluímos, em nosso estudo, o trabalho com os não-ditos: o silêncio, *“a respiração (o fôlego) da significação; um lugar de*

*recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido” (ORLANDI, 1997, p. 13).*

Ao desenvolver seu estudo sobre as formas do silêncio, ORLANDI (1997) trabalha com o silêncio (discurso) em relação à fronteira entre o dito e o não-dito, a partir da constatação de que o silêncio não fala: significa. *“Se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É silêncio significante”* (ORLANDI, 1997, p. 23). A autora reforça que se, ao produzirmos uma formulação, afastamos sentidos não-desejados, no momento em que nos dispomos a compreender um discurso precisamos perguntar o que ele cala.

A compreensão de um discurso está amparada, nessa perspectiva, em um processo de escuta dos silêncios e de prolongamento dos sentidos. Essa afirmativa, que pode parecer contraditória ou ilógica (a escuta de um silêncio) torna-se compreensível ao propormos o silêncio como referência, lugar de desdobramento do sentido: *“o silêncio funciona como ponto de fuga em que os sentidos desdobram-se”* (ORLANDI, 2001, p. 131), pois, antes de ser palavra, todo sentido já foi silêncio.

Em nossa dissertação, a relação com o silêncio (não-dito) particulariza-se, enquanto busca pelas marcas textuais que constituem o dizer sobre a sexualidade, formulado na coluna S.S. Se estamos trabalhando com os modos de formular um discurso, o da sexualidade, em sua relação com a produção de efeitos de leitura (efeito-leitor),

precisamos escutar os não-ditos que fazem (constituem) sentido, a partir do que é textualizado na coluna.

Ao considerar que a temática fundadora (ou que norteia) da coluna é a sexualidade, tratamos a sua especificidade de formulação em cada uma das edições da coluna. O que está sendo dito sobre as questões sexuais, estabelece ligação com o que já foi dito sobre sexo em diferentes momentos. Já existe uma discursividade do sexo que independe da produção em curso das edições da coluna em sua materialidade. Para explicitar nossa leitura, utilizamos um ponto temático referido na coluna: a utilização da camisinha.

O uso da camisinha nas relações sexuais está sendo visto por nós não como mera temática da sexualidade na coluna, mas como parte de uma discursividade do sexo e das relações sociais. Quando formulado em um juízo de como e quando deve ser usada, traz consigo não-ditos, silêncios que atuam como chamados ideológicos. O exemplo da edição de 6 de maio refere essa questão. A questão apresentada na coluna é a seguinte:

*Gostaria de saber se o tamanho das camisinhas é padronizado  
ou se existem preservativos de diferentes tamanhos? Onde  
posso encontrá-los?  
(FOLHATEEN, edição de 6 de maio de 2002)*

A pergunta sobre o tamanho das camisinhas e os locais de compra poderiam proceder em informações diretas e técnicas. Em quase todo o

texto que desenvolve a questão da semana, as informações estão direcionadas nesse sentido, porém, só no último parágrafo, percebemos uma marca da esfera ideológica envolvida na formulação da coluna.

Vejamos:

*E para terminar: acabei de voltar da Europa e percebi que cada vez mais as máquinas de camisinha (com todos os tamanhos) estão presentes em bares, boates, banheiros públicos e até nos corredores das universidades. **Já não está na hora de a gente começar a exigir que elas também estejam mais presentes por aqui?**<sup>11</sup>  
(edição de 6 de maio de 2002)*

A pergunta que finaliza o texto não está apenas incentivando o uso da camisinha, mas também traz a partir de sua formulação, as nuances ideológicas das regras de comportamento e cultura que são parte de uma ordem social.

Há, nessa formulação, um agenciamento de sentidos que partem de uma ideologia de nossa sociedade. A informação sobre a existência das máquinas de camisinha (em todos os tamanhos) - em lugares públicos da Europa - dá margem para pensarmos no aspecto cultural/ideológico que permeia essa leitura. Ao citar o exemplo europeu, coloca-se em questão a comparação entre nosso país e a Europa, entre duas realidades sociais diferentes. Cabe dizer, a comparação é cultural, social e parece desconsiderar, propositadamente as diferenças do cotidiano político, econômico e cultural, tanto da sociedade européia

---

<sup>11</sup> Grifo nosso.

quanto da brasileira. Ou seja, lá as máquinas estão em quase todos os lugares, são acessíveis. O acesso parece, a partir da maneira como a coluna está textualizada, ser a solução para regular o uso da camisinha pela população, para combater o crescimento da contaminação pelas DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis), etc.

De outro modo, a comparação e a sugestão de que deveríamos exigir as mesmas condições em nosso país, nos orientam para um sentido que preconiza uma comparação entre Brasil e Europa, dando atenção à evolução da Europa. Neste caso, indica que devemos seguir o exemplo europeu. A formulação direciona para uma ideologia elitista e de consumo, uma ideologia da quantidade, da superinformação e da manutenção do discurso.

Em outro lugar ideológico, a discussão, partindo do mesmo exemplo da Europa, poderia abordar o comportamento moral que rege nossa sociedade e que se apresenta-se na forma conservadora de um moralismo fundado em preceitos religiosos (leia-se cristãos), que são característicos das nossas convenções sociais. Existe uma conduta moral/religiosa que condena a banalização do sexo, a troca de parceiros e, dentro dessa conduta, o uso da camisinha é um tabu.

A formulação expressa na coluna nos chama a dar sentidos para o sexo, os quais são regidos por uma ideologia. Ao abordar o acesso às máquinas de camisinha como uma solução para o uso contínuo do preservativo, a coluna simplifica a complexidade das questões que



envolvem o sexo em nossa sociedade. A formulação conduz sentidos que reduzem a questão em nível de melhor ou pior.

A textualidade na coluna está alojada em uma posição que desconsidera as questões morais que constituem o universo social brasileiro. Todavia, mesmo não estando visíveis em sua materialidade, elas existem e fazem sentido discursivamente. Os chamados ideológicos aos quais nos referimos, na coluna S.S., não estão materializados no dizer das recomendações informativas que procedem, freqüentemente, na divulgação do saber de que a camisinha é um método preventivo de doenças sexualmente transmissíveis e de contracepção. Eles existem nos já-ditos que incluem fatores sociais, tais como as regras de conduta sexual, presentes nas convenções de comportamento, de ordem moral. Essa ordem está sendo referida no sentido que abrange, segundo FOUCAULT(2001): o código moral e a moral.

O primeiro corresponde ao conjunto de valores e de regras de ação que são propostos aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como a família, as instituições educativas, etc. (FOUCAULT, 2001). E a moral diz respeito ao comportamento real dos indivíduos, nas sua relação com aquelas regras e valores que lhe são propostos (com as respectivas submissões e insubmissões, acatamentos e resistências).

Na edição de 22 de julho, a questão abordada refere-se às dificuldades de desempenho sexual com o uso da camisinha. Observemos a questão:

*Tenho 24 anos e, muitas vezes, perco a ereção quando uso camisinha. Neste ano, tive dois casos fora do namoro e também tive dificuldade na hora da colocação. Estou muito gordo e não sei se pode ter alguma influência. O que devo fazer?*  
(edição de 22 de julho de 2002).

A pergunta que inaugura a seqüência de desenvolvimento da coluna, é seguida por uma resposta que inclui um aspecto ideológico constituído no simbólico. Vejamos o exemplo do anexo 10:

*Vamos tentar responder a suas dúvidas e refletir um pouco sobre o que você anda fazendo com seu namoro, certo?*  
(edição de 22 de julho).

Em primeiro lugar, observamos que há uma mostra declarada da discussão moral a respeito da sexualidade, que dá início ao processo de produção de sentidos já no primeiro parágrafo da coluna.

Logo em seguida, a coluna começa a ser textualizada com explicações técnicas – de ordem médica; portanto, autorizada - sobre ereção e as possíveis causas psicológicas do problema de não ocorrer a ereção. Observemos o andamento da resposta no recorte citado:

*Vários fatores levam um homem a ter problemas de ereção. O fato de você estar conseguindo ter uma ereção normal antes*

*da colocação da camisinha afasta, provavelmente, um problema de causa física. Suas barreiras podem ser o momento da pausa para colocação, a alteração de sensibilidade com o preservativo ou algum bloqueio emocional.  
(edição de 22 de julho de 2002)*

Mais adiante, na seqüência final dos três últimos parágrafos do texto, aparecem as perguntas sobre as relações afetivas do jovem. Quais sejam:

*O que são esses casos fora do namoro? Esse é um acordo explícito com sua namorada, e ela também está liberada para novas experiências? Não? Então o que está acontecendo?  
(edição de 22 de julho).*

As perguntas estão limítrofes à questão formulada no início (sobre a dificuldade de ereção), já que, como parte da exposição da pergunta, há uma descrição das relações que foram mantidas paralelas ao namoro. Observamos, no entanto, que as perguntas que dão seguimento a resposta não são só de ordem médica, de dúvidas sobre o comportamento físico da sexualidade ou de orientação psicológicas, como também relativas a condutas morais. Há um deslize de sentido que se mostra por um silenciamento não diretamente visível na língua, que desvela o aspecto ideológico da resposta.

Estamos pensando que o deslize de sentido se dá no imaginário, mas a coluna traz marcas que autorizam algumas leituras. O aspecto ideológico que condiciona a uma orientação moral da sexualidade está indicado na coluna. Se a formulação: *“Você precisa sacar que, para manter uma relação de qualidade, muitas vezes, a gente tem que abrir*

*mão de alguns desejos, vontades e tentações. Já pensou nisso?*” (edição de 22 de julho). Não expõe, em sua materialidade, que a sexualidade deve ser medida sob regras morais, o faz na ordem do simbólico. Há sentidos já postos que apresentam, na coluna que fala sobre sexo, uma tentativa de regulação da conduta sexual que já existe.

O modo de formular que questiona a conduta do relacionamento afetivo, não deixa de ser de ordem sexual. Entretanto, há um deslocamento das informações educativas sobre a prevenção de doenças com o uso da camisinha e suas corretas formas de utilização. O encaminhamento da resposta está amarrado em não-ditos (de ordem moral) que ressoam como alertas ideológicos - em uma posição autoritária de como deve ser o agir -, mesmo que não estejam sendo ditos diretamente.

FOUCAULT (2001) refere que há uma relação necessária do saber-poder sobre o sexo que está enraizada na história do Ocidente. O filósofo entende que *“O poder não “pode”<sup>12</sup> nada contra o sexo e os prazeres, salvo dizer-lhes não”* (FOUCAULT, 2001, p. 81). Ao perguntar, opção diferente de afirmar explicitamente, sobre o comportamento afetivo do jovem, faz emergir, no imaginário, um alerta para o que pode ou não pode sobre sexo. Há um jogo entre o lícito e o ilícito, entre as regras e as possíveis transgressões, que fazem sentido na coluna e orientam para a formação do efeito-leitor.

---

<sup>12</sup> Aspas – pontuação - do autor.

Não há uma julgamento direto, na materialidade textual (resposta), sobre o comportamento sexual, já que a pergunta é, empiricamente, um questionamento. A produção de efeitos de sentidos, em nossa visão, está marcada nas posições para as quais os questionamentos orientam, estas vão em direção do simbólico.

Outro exemplo do funcionamento da orientação de sentido, mobilizada a partir da textualidade da coluna, está marcado no anexo IX. A temática da semana aborda a decepção afetiva de um namoro pela Internet. A questão é:

*Sou uma garota de 18 anos e estou gostando de um cara que conheci em uma sala de bate-papo. Namoramos virtualmente e terminamos há quatro meses. Gosto muito dele, mesmo sem saber quem ele é. Tenho certeza do que sinto. Já fiquei com outro carinha, mas não deu certo porque ele tinha ciúmes do meu ex-namorado do chat. O que faço?  
(edição de 15 de julho de 2002)*

Como é possível observar, a questão está sendo pensada em nível de relacionamento. A Internet possibilita, concretamente, que pessoas de diferentes idades e variados lugares possam manter contato via correio eletrônico, salas de bate-papo, etc. O relacionamento em questão é o namoro. Observamos que o modo de textualizar, conduzir a resposta a tal questionamento, direciona uma leitura que está incluída em uma ideologia de costumes, de padrões que servem de alerta, de manutenção de uma conduta.

O primeiro parágrafo da resposta já começa desestabilizando a possibilidade de existência real de uma relação de ordem virtual:

*Você acredita mesmo em um namoro que acabou sem nunca ter começado? Não dá para a gente dizer que teve um namorado sem nunca ter conhecido essa pessoa, não acha?*  
(FOLHATEEN, edição de 15 de julho).

Este fragmento está materializado na forma de uma negação. O questionamento já começa negando algo. Essa questão está imersa em uma ideologia: a que recomenda que as relações só são atestáveis (ditas reais) se incluírem o contato físico (visual). O sentido que predomina, a partir dessa posição, está disciplinado em uma orientação padrão que determina: namoro só é namoro de verdade se as pessoas se conhecem. E esse conhecer está ligado ao contato físico.

Há uma resistência em entender a relação afetiva via Internet. Esta é comparada com o padrão de relação que um namoro “normal”<sup>13</sup> mantém em nossa sociedade. Não estamos questionando a posição em si, mas a ideologia que desata os sentidos. Esta não pode desconsiderar o advento da Internet como meio de interação humana virtual, nem desqualificar esse meio sob um ideal de real já estabilizado. Aí, pensamos, reside o chamado ideológico: no alerta que traz, em sua materialidade, a indicação do que é certo ou não fazer, do que é real e do que é virtual.

---

<sup>13</sup> Grifo nosso.

Estamos interpretando as seqüências de perguntas que denominamos de chamados, por entendermos que a coluna está tratando um saber (sobre a moralidade da conduta sexual) que já está posto. Então, a textualidade da coluna atualiza-se em formas de lembrar (conservar) esse saber.

Esses chamados ideológicos são parte da discursividade da sexualidade. Eles estão marcados e podem deslocar sentidos e produzir efeitos nessa direção ideológica. É nessa linha que estamos pensando o silêncio como lugar de desdobramento de sentidos.

Ainda especificando a ligação do silêncio com nosso trabalho, entendemos que considerar o que está dito (textualmente formulado nas edições da coluna S.S) em relação com o não-dito abre caminho para a compreensão de como os efeitos de sentidos se constituem no processo de leitura. Em nosso estudo, o trabalho com o silêncio é postulado na possibilidade do dizer vir a ser outro. Salientamos, entretanto, que *“não é tudo que não foi dito, é só o não dito relevante para aquela situação significativa”* (ORLANDI, 1999, p. 83).

Ao ler a coluna (por exemplo, a edição de 22 de julho), o sujeito-leitor pode fazer a passagem do sentido: *se há o uso da camisinha nas relações, não importa a quantidade e o tipo de relações*, para o sentido: *devo sempre usar camisinha, mas é errado ter relações com mais de uma pessoa ao mesmo tempo*. É nessa perspectiva que tratamos os modos de dizer e os nomeamos de chamados ideológico/morais. Eles

encaminham para a produção de efeitos de sentido e orientam para a formação do efeito-leitor.

Dessa maneira, o silêncio ganha materialidade nas possibilidades de mudança de sentido (o que poderia ser), o silêncio toma forma e pode, então, indicar alguns trajetos, como nos exemplos mencionados nesse capítulo, estes compõem a produção de efeitos de sentidos (efeito-leitor).

ORLANDI (1997) salienta que a observação do silêncio como presente no discurso se impõe não só na contemplação do que é dito, mas também no sentido do que não é dito. *“Assim, quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que: elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio fala por elas; elas silenciam”* (ORLANDI, 1997, p. 14).

Além dessa afirmação sobre o silêncio como incluso no processo significativo, há *“o silêncio que existe nas palavras, que as atravessa, que significa o não-dito e que dá um espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar”* (ORLANDI, 2001, p. 128). É preciso reafirmar que os sentidos não estão nas palavras, nas coisas do mundo e tampouco provêm do sujeito, eles são produzidos no momento em que o dizer é enunciado e ganham materialidade na relação com o momento histórico (sua memória) e com os lugares sociais nos quais os sujeitos estão ideologicamente instalados. Dito de outra maneira:

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas nossas palavras. O sujeito



diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. (ORLANDI, 1999, p. 32)

Entendemos esse percurso, dentro da esfera do discurso, como estando em contínuo duplo movimento: o das palavras e o da história (MARIANI, 1999). Além disso, esses movimentos de sentido encontram um lugar que, materialmente, é o ponto que os inscreve na produção de efeitos: o texto. Sobre isso podemos dizer que:

Se a discursividade é inscrição dos efeitos materiais da língua (capaz de equívoco) na história, a materialidade do discurso faz efeito na textualização. Em outras palavras, a decalagem, distância não preenchida, o desvio que habita toda textualização do discurso marca uma relação que não é perfeitamente articulada em relação à discursividade. (ORLANDI, 2001, p. 92)

Entender a relação entre discurso e texto, que visualize o papel do segundo na produção de efeitos de sentido, enquanto matéria significativa que conduz ao discurso, é importante no desenvolvimento de um estudo que analisa *“um objeto sócio-histórico onde o lingüístico intervém como pressuposto”* (ORLANDI, 1996, p. 53). INDURSKY (2001) refere-se ao texto como ‘objeto’ a ser lido. A autora observa:

O que está em jogo para a Análise do Discurso é o modo como o texto organiza sua relação com a discursividade, vale dizer, com a exterioridade e o modo como organiza internamente estes elementos provenientes da exterioridade para que produzam o efeito de um texto homogêneo. (INDURSKY, 2001, p. 28)

A relação discurso/texto está amparada no fato de que o discurso é incompleto e dispersivo e o texto aparece, como objeto empírico: com começo, meio e fim (ORLANDI, 1996). O que nos interessa tanto na perspectiva do discurso quanto em nossa busca pelas marcas textuais da formulação, é que a aparência textual, formada na e pela experiência (empírica), seja excedida, observada menos pela ordem dos domínios formais, mais pela abertura ao simbólico. O que significa dizer:

O texto não pode ser visto com uma unidade fechada, pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva, o interdiscurso, a memória do dizer (o que fala antes, em outro lugar, independentemente). (ORLANDI, 2001, p. 87)

Entendendo a multiplicidade de vozes (diferentes formações discursivas) e a materialidade lingüístico-histórica do texto (suas condições de produção), como conhecimento determinante para o desenvolvimento de uma análise discursiva, compreendemos que o complexo discursivo pode imprimir reflexo no texto. Essa impressão, a qual nos referimos, faz-se presente nos rastros (marcas textuais) deixados na formulação. O texto tem, em sua materialidade refletida, uma historicidade própria. ORLANDI (2001) afirma que:

É pois a possibilidade das formulações, o acontecimento (significante) do discurso em texto, o trabalho dos sentidos nele, que chamamos sua historicidade. Há uma ligação entre a

história lá fora e a historicidade do texto (a trama dos sentidos nele), mas ela não é nem direta, nem automática, nem de causa e efeito, e nem se dá termo-a-termo. Esta é uma relação complexa que não se explica pelas teorias da literalidade e que tampouco permitem pensar os textos enquanto documentos, enquanto “conteúdos” da história. (ORLANDI, 2001, p. 88)

Se os textos não devem ser vistos apenas como documentos, matéria fechada, mas na relação histórica e social em que é produzido; é preciso compreender sua ligação com o político. ORLANDI (2001) ao perceber essa relação como inevitável, declara:

A textualização, a colocação do discurso em palavras, tem uma relação necessária com o político: todo dizer tem uma direção significativa determinada pela articulação material dos signos com as relações de poder. Essas relações se definem por sua inscrição em diferentes formações discursivas que representam diferentes relações com a ideologia, configurando o funcionamento da língua regida pelo imaginário. (ORLANDI, 2001, p. 129)

Procedendo a uma abordagem discursiva do texto, como parte fundamental de apropriação e condução ao discurso, cabe ressaltar que o texto atua como *“parte de um processo discursivo mais abrangente”* (ORLANDI, 2001, p. 89). Se é parte, em um dado momento, será complementado. Essa afirmativa segue como premissa para que não corramos o risco de efetuar uma análise que se apresente no nível contedístico (que define o sentido pelo conteúdo e não pelo funcionamento do discurso na produção de sentidos) ou só interpretativo. ORLANDI (2001) apresenta essa reflexão da seguinte forma:

Com os resultados da análise não é sobre o texto que fala o analista mas sobre o discurso. Uma vez atingido o processo discursivo que é o que faz o texto significar, o texto, ou os textos particulares analisados desaparecem como referências específicas para dar lugar à compreensão de todo um processo discursivo do qual eles – e outros que nem mesmo conhecemos – são parte. (ORLANDI, 2001, p. 89)

### III. A PERGUNTA QUE NÃO TEM RESPOSTA

#### *A função do leitor I*

*Quando Lucia Peláez era pequena, leu um romance escondida. Leu aos pedaços, noite após noite, ocultando o livro debaixo do travesseiro.*

*(...)Muito caminhou Lucia, e ao longo de seu caminhar ia sempre acompanhada pelos ecos daquelas vozes distantes que ela tinha escutado, com seus olhos, na infância. Lucia não tornou a ler aquele livro. Não o reconheceria mais. O livro cresceu tanto dentro dela que agora é outro, agora é dela.*

*(Eduardo Galeano)*

Estamos procedendo a uma busca das marcas deixadas na materialidade textual da coluna, que orientam a formação do efeito-leitor. Em nosso estudo, trabalhamos com o processo de leitura relacionando o textual e o discursivo. Nas palavras de ORLANDI (2001):

Esta elaboração contínua da relação texto/discurso pode ser observada na maneira como, nos vestígios da textualização o sujeito “ancora”, se “engata”, em um e não em outro discurso, em um e não outro sentido. Isso certamente vai resultar em diferentes leituras. (ORLANDI, 2001, p. 66)

Para chegarmos a essa compreensão, devemos considerar não o conteúdo das palavras, enquanto lugar do sentido oculto (como se houvesse uma verdade escondida), mas a produção do dizer que está marcada dentro do processo de produção de sentidos (ORLANDI, 1997).

Em nosso estudo, trabalhamos com a materialidade textual como caminho para chegar ao discurso veiculado dentro de um espaço de mídia impressa (jornal). Neste ponto do estudo, não podemos desconsiderar a condição de produção, ou seja, o fato de que a coluna faz parte de um veículo de comunicação (Folha de S. Paulo). Isso compreende dizer que as condições de produção podem estar relacionadas à posição que esse jornal, de circulação nacional, ocupa no quadro histórico-social que ele abrange, no qual ele circula.

Uma vez que a organização econômico-cultural e social influi na produção midiática (leia-se, aqui, a mídia impressa), esta, por sua vez, também mobiliza a opinião pública em uma determinada direção. É necessário lembrar que estamos considerando as características ditas informativas na coluna Sexo e Saúde com olhar crítico.

Levamos em conta que a observação dos aspectos sociais e econômicos que confluem na produção do nosso objeto de pesquisa (a coluna Sexo e Saúde) são determinantes no processo de descrição do objeto e da materialidade textual da coluna. Como estamos inscritos em uma teoria que entende a não-transparência da linguagem (PÊCHEUX, 1995), percebemos o processo discursivo-interacional não como transmissão de informação, mas como embate ideológico e de efeitos de sentido, referidos, aqui, no processo de leitura. MARIANI (1999) apresenta esse processo discursivo como um jogo na construção de sentidos. Na explicação da autora:

Assim, concordar, discordar, repetir resistir e/ou transformar o sentido das palavras, expressões e textos são mecanismos lingüísticos que expressam a luta pela materialidade dos sentidos. O resultado final deste embate histórico e lingüístico é tanto ou a exclusão ou a assimilação de certos sentidos, como também, a cristalização de outros (...). (MARIANI, 1999, p. 109)

Esse choque ideológico, segundo ORLANDI (2001), ganha forma na textualização e em sua relação com o político:

Em todo dizer há confronto do simbólico com o político: todo dizer tem uma direção significativa determinada pela articulação material dos signos com as relações de poder. Essas relações se definem por sua inscrição em diferentes relações com a ideologia, configurando o funcionamento da língua regida pelo imaginário. (ORLANDI, 2001, p. 129)

Nessa perspectiva, entendemos que os modos de dizer sobre a sexualidade, apresentados na coluna, formam marcas que significam na constituição do discurso e ressoam sentidos estabilizados.

### **III.1 O que ressoa na coluna Sexo e Saúde: o poder/saber sobre o sexo**

Os dizeres sobre a sexualidade formulados na coluna estão sendo trabalhados quanto à questão das ressonâncias (SERRANI, 1993). O que estamos pensando: o que há na coluna (quais as regularidades) que ressoa como novo – atual - nos dizeres já estabelecidos sobre a sexualidade?

De acordo com SERRANI (1993), uma ressonância só existe na relação com uma paráfrase. A autora explica:

Entendo que há paráfrase quando podemos estabelecer entre as duas unidades envolvidas uma ressonância – *interdiscursiva* – de significação, que tende a construir uma realidade (imaginária) de um sentido. Ressonância porque, para que haja paráfrase, a significação é produzida por meio de um efeito de vibração semântica mútua. (SERRANI, 1993, p. 47)

No caso de nosso corpus, o trabalho com as ressonâncias torna-se meio (um método) de investigar/compreender a produção de sentidos no dizer parafraseado sobre a sexualidade, na coluna S.S. Além disso, o trabalho com as ressonâncias objetiva, como já foi salientado, procurar as marcas da formulação desse discurso. Os dizeres sobre a sexualidade, na coluna S.S, atualizam-se na formulação e em sua historicidade, tais dizeres ressoam sentidos já existentes. Há uma ressignificação e/ou manutenção do dizer/saber sobre o sexo.

Quando nos referimos ao dizer sobre a sexualidade, na coluna, como parafraseado, estamos considerando a sexualidade uma temática central que preexiste (historicamente) à coluna e que, portanto, possui dizeres já postos que são formadores desse discurso.

Vejam os a questão do anexo XIV:

*Tenho 12 anos e comecei a me masturbar porque todo mundo falava que era normal. Já faz um ano que faço isso diariamente e só consigo parar por, no máximo, cinco dias. Depois da masturbação, eu me sinto mal, humilhado. Como posso largar isso de vez?*

*(FOLHATEEN, edição de 26 de agosto de 2002)*



A pergunta se refere à masturbação e ao sentimento de culpa que ela desencadeia. A temática da masturbação envolve, independentemente da existência da coluna, dizeres e sentidos sobre sua prática. No quarto parágrafo, a seqüência de perguntas afirma a existência de uma prática antiga:

*Ou você acha que nossos ancestrais, por exemplo, nunca se masturbavam? Há referências à masturbação nas civilizações mais antigas que habitaram este planeta. Espantado? Pois não precisa ficar!*  
(FOLHATEEN, edição de 26 de agosto de 2003)

Cabe retomar, a textualidade da coluna justifica a masturbação como uma prática ancestral, comum à sociedade em diferentes tempos. O que nos importa não é a questão da masturbação em si, como prática sexual, mas como as formas de abordagem dessa prática são atualizadas<sup>14</sup>. A maneira de referir a prática da masturbação como legítima e natural é um modo de atualizar um discurso (sobre sexo - masturbação) que, em outros tempos, não seria considerado como veiculável tão abertamente.

Considerar, assim, as ressonâncias, como formas de dizer que se atualizam, envolvidas na discursividade da coluna, encaminha-nos para uma reflexão sobre a relação poder/saber e sexo.

Nossa articulação reflexiva começa a ser instrumentalizada na concepção de poder proposta por FOUCAULT (2001). Ao contrário da visão

marxista (ALTHUSSER, 1992), que vê o poder como algo a ser tomado, para FOUCAULT (2001) não há um caráter unitário e global. O poder não será entendido como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro, cujos efeitos serão sentidos em toda a sociedade. No lugar dessa concepção, é proposta a idéia de FOUCAULT (2001) de multiplicidade das relações de força. Segundo este autor, o poder é onipresente e móvel:

(...) não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. (FOUCAULT, 2001, p. 89)

FOUCAULT (2001) descarta a oposição binária entre dominadores e dominados, na qual o poder vem do alto. Ele não aceita a idéia de dominadores, de um lado, com poder e de dominados, de outro lado, sem poder. Se o poder não é objeto ou posição, não pode ser possuído por ninguém, também não nasce nos grandes conflitos, mas sim nos pequenos confrontos. O poder não é atributo, mas relação que *“passa tanto pelas forças dominadas quanto pelas dominantes”* (DELEUZE, 1995, p. 37).

O poder, para FOUCAULT (2001), não está condicionado ao embate físico. A relação de poder difere da de força física, pois pressupõe

---

<sup>14</sup> A questão da masturbação como prática sexual e as formas como é tratada na coluna serão desenvolvidas nas próximas páginas.

que o outro tenha liberdade de ação. Para FOUCAULT (2001), uma das características do poder é basicamente ser uma ação sobre a ação possível dos outros, na tentativa de delimitar o conjunto de ações do outro. A relação de poder supõe que aquele que está agindo é capaz de fazer outras coisas. Há a possibilidade de liberdade que caracteriza a existência da relação de poder. Enquanto há espaço de ação há tal relação.

Entendemos, portanto, que o poder é algo que se exerce, não que se possui. É uma ação que não age diretamente sobre os outros, age sobre a ação praticada pelos outros.

Essa noção de poder, em FOUCAULT (2001), nos interessa, uma vez que estamos analisando com a produção e a formulação de uma leitura sobre a sexualidade em uma coluna veiculada em um jornal impresso. A noção de poder está engajada, nessa perspectiva, na relação poder/saber na mídia. A característica informativa sobre o sexo é perpassada por uma questão ideológica, em que o poder, o de saber sobre o que está sendo formulado, é parte constituinte do processo de leitura ao qual nos referimos.

Como trabalhamos em um estudo que refere o saber/poder sobre a sexualidade, não temos a intenção de estruturar uma análise para propor a dimensão de força e poder que a influência de um meio de comunicação pode configurar sobre os leitores. Nossa leitura não pode,

entretanto, desconsiderar a existência das relações de poder no espaço de leitura da mídia.

Acreditamos que a função de informadora - que a coluna assume -, está relacionada a um saber/poder sobre o sexo que orienta para alguns sentidos, esta orientação ajuda a constituir um efeito-leitor.

O poder/saber que percebemos no texto sustenta o pensamento de FOUCAULT (2001) sobre o poder. Especialmente no que tange à articulação que o autor faz entre a concepção católica de pecado e a concepção de norma. Essa forma de pensar o poder vai ao encontro de uma reflexão de NIETZSCHE (1998). Este autor emite uma crítica ao poder dos sacerdotes que representavam a verdade e os preceitos de Deus na Terra, de acordo com as concepções do Cristianismo.

NIETZSCHE(1998) analisa o poder atribuído ao sacerdote ascético e ao seu ideal, que é a salvação eterna. A figura do pastor representa, no Cristianismo, aquele a quem cabe cuidar de cada membro da comunidade no intuito de garantir sua salvação eterna. O questionamento abordado por NIETZSCHE (1998) que nos interessa, é: como age o sacerdote para ter poder sobre os outros?

Segundo NIETZSCHE (1998), o trabalho consiste em gerar o mau dentro de cada pessoa. O pastor religioso convence as pessoas de que há nelas ao menos uma parte má em seu interior, que as torna pecadoras, então ele se apresenta como alguém que pode orientar para a

salvação da alma pecadora e pode curar o negativo, porém antes ele criou a negatividade.

A partir desse convencimento, os sofredores acreditam. No entanto, sofrem porque acreditam no ideal ascético, já que são levados a crer que o sacerdote é o representante da verdade divina e a acreditar na unicidade do poder do padre para ajudar a conduzir ao caminho da salvação.

Partimos do exemplo sacerdotal para pensarmos a questão do saber/poder da mídia (enquanto veiculadora de informações) como um discurso, não igual ao do sacerdote, mas também de orientação. Uma orientação que não está voltada para a salvação em um outro mundo, mas sim para um direcionamento que pretende fornecer instrumentos – informações – que possam garantir a saúde física e mental no mundo presente.

Para que haja o interesse do leitor é preciso que ele esteja convencido da importância (seja no âmbito político, econômico... seja no sexual) de determinada informação e também, da credibilidade da instituição que fornece a informação.

No caso da coluna S.S, as informações sobre sexo partem de uma pergunta que instaura a questão/tema, a fim de que haja a necessidade de uma resposta (a resposta de um médico). Para que a existência de uma coluna sobre sexo faça sentido, o questionamento tem que fazer

parte de uma angústia, ou de uma falta, própria do mundo em que a coluna circula.

A relação mídia/informação/sexualidade, aqui, está envolvida em uma condição de poder ligada à liberdade de leitura. No entanto, essa liberdade, a de escolher o que será lido, precisa ser orientada, já que um objeto de leitura necessita despertar interesse. É nesse gesto que pensamos o poder/saber sobre o sexo na S.S.: como uma leitura que está marcada em uma produção que se pretende vendável.

Estamos expressando que a mídia está localizada em uma posição de poder: de informadora, ou seja, não o poder que vigia ou ameaça, mas o poder que determina informação. É para esta disciplina que estamos voltados, portanto, é preciso *“analisar preferencialmente os efeitos de incitação do que operações de interdição; as lógicas de superinformação do que os mecanismos de censura”*. (COURTINE, 2003, p.33).

A coluna S.S. assume uma posição de fornecedora de informações sobre sexo. Nosso olhar está voltado para as maneiras de formular tais informações. Os modos de dizer estão significando um saber/poder sobre as questões sexuais que, na premissa de responder às angústias e as questões sexuais aos adolescentes, produzem efeitos de sentidos.

A vigilância, se pensarmos no exemplo do poder sacerdotal, representa a garantia de um cuidado eficiente com o corpo e de uma formação sexual satisfatória. No entanto, quando a presença que vigia não está materializada, não se faz presente fisicamente (como é o caso

da mídia), é preciso que o conselho de quem cuida esteja interiorizado no sujeito.

Entendemos que o saber/poder na mídia transcorre no caminho da informação, *“a mídia produz sentido por meio de um insistente retorno de figuras, de sínteses-narrativas, de representações que constituem o imaginário social”* (GREGOLIN, 2003, p. 96). Por intermédio do papel dito informativo, o poder garante uma formação contínua. Só assim o poder sabe que o outro estará sendo observado, não por uma presença física, mas por uma informação que carrega as normas e as ideologias (inclusive religiosas e morais) da sociedade, que ressoam em seus modos de dizer.

Estamos procedendo a uma leitura que entende a mídia como dona de um lugar na mediação entre o sujeito-leitor e aquilo que dá satisfação a ele. O valor principal da coluna S.S. é o da informação, pois é preciso saber (estar autorizado), para transmitir em uma informação eficaz. O sujeito sabe, acredita que é preciso estar muito bem informado, para poder controlar o risco de algum procedimento e antever os resultados de alguma ação, como um alerta.

O alerta, ao qual nos referimos em nossa análise, está sendo formulado em um objeto considerado como um meio de comunicação. A pergunta, como marca de formulação, está sendo vista por nós como uma maneira de trabalhar o alerta. Como meio de comunicação, a coluna oferece as informações sobre saúde e sexualidade, e sobre como cuidar delas. A relação do poder/saber na coluna S.S. não se exerce pela

vigilância, mas pela informação, veiculada no texto que ensina o que o jovem pode fazer, como deve fazer e quanto pode fazer.

Considerando, por exemplo, a relação da sexualidade (como discurso e não somente como tema) às regras morais (de poder) de ordem sócio-culturais que determinam a manutenção e/ou atualização do que é difundido sobre sexo, é necessário que efetuemos uma leitura histórica desse discurso. Estamos entendendo que as convenções sociais liberalizam-se, normalmente, em uma direção, que é a direção do poder. Nossa leitura passa, então, pela história da sexualidade<sup>15</sup>. Segundo FOUCAULT (2001), o discurso da sexualidade é o modo mais poderoso de regulação social.

Para além do tratamento histórico de concepção da sexualidade apresentada por FOUCAULT (2001), pensamos que os modos de dizer sobre as questões sexuais abordadas na coluna, ressoam (trazem em sua materialidade) dizeres que se repetem, têm uma história, mesmo estando, na coluna, atualizados em outros (diferentes) modos de dizer.

Quando consideramos as maneiras de formular como alertas que trazem em si ressonâncias de sentidos, estamos pensando no âmbito que inclui o saber/poder sobre o sexo e as regras morais que regem as informações.

---

<sup>15</sup> FOUCAULT(2001) trabalhou em um estudo, publicado em três volumes, sobre a história da sexualidade. O estudo aborda as relações históricas entre o poder e o discurso sobre o sexo na sociedade. Em nosso trabalho, essa leitura retoma a questão da sexualidade em sua relação com o poder e o dizer sobre o sexo. Entre o que é permitido e o que é não é permitido falar sobre sexo, como tal formulação está marcada.



Citamos o exemplo do anexo XVI para dar visibilidade à relação entre sexo e responsabilidade. A questão tema é a seguinte:

*Tive um envolvimento sexual com uma amiga que está casada. Nossa relação foi ótima mas, quando terminou, percebi que o preservativo havia estourado. Não disse a ela nada para que não se preocupasse. Sei que ela não usa nenhum método anticoncepcional. Minha amiga poderia tomar a pílula do dia seguinte? Como se faz isso?  
(edição de 9 de setembro de 2002)*

O enquadramento moral que se aloja na resposta, logo no primeiro parágrafo, é percebido:

*Em primeiro lugar, será que essa história de transar com uma amiga que está casada é uma boa idéia?  
(edição de 9 de setembro de 2002)*

Dos dez parágrafos que compõem o texto da coluna apenas dois centralizam a resposta no tema sobre a pílula do dia seguinte e sua forma de uso, ou fogem à questão proposta. A partir da formulação da coluna, a resposta está, essencialmente, ligada a sentidos e dizeres de orientação moral e social. Os sentidos ressoam, por exemplo, a condição de que a responsabilidade é determinante na vida social.

Na coluna, percebemos as bases de uma formação discursiva que apregoa que a ação dos sujeitos - seja ela política, profissional... e sexual – devem estar conformadas em um processo de ordenação disciplinado.

A irresponsabilidade, a incoseqüência de ação é considerada parte da imagem de adolescência, portanto constituinte da formulação da resposta.

As ressonâncias, marcadas na formulação, paráfrases, produzem efeitos de sentidos que ajudam a sustentar o discurso, este é regido ideologicamente. Essa regência é visível visto que se trata de um objeto de leitura incluso em um jornal impresso.

MARIANI (1997) ao se referir à mídia na constituição da memória histórica do Partido Comunista, em 1989, focaliza em sua análise, a cristalização dos sentidos, enquanto processo discursivo que ajuda a homogeneizar uma memória oficial. Segundo a autora, há um sistema em que

a mídia funciona como um elemento fundamental no processo de 'monumentalizar' os textos, seja porque re-produz os "consensos de significação", resultantes das hegemonias políticas, seja porque, ao contrário, pode participar da sua dissolução. Um elemento que está em jogo, portanto, é o tempo da memória discursiva: passado e projeções de futuro se entrecruzam no cotidiano jornalístico, que vai montando, reconfigurando e/ou des-configurando leituras da história e da política, na tentativa de explicar/didatizar os acontecimentos, ou seja, construindo um sentido 'natural' para a instabilidade do presente. (MARIANI, 1997, p. 5)

O funcionamento da mídia em relação ao processo de cristalização de sentidos está ligado, a partir desse sistema de naturalização dos acontecimentos, a um conceito: o de acontecimento.

A noção de acontecimento é utilizada nos meios de comunicação como sinonímia do que é factual; mais precisamente, o acontecimento

institui-se como conseqüência de um fato, que nem sempre é um acontecimento, mas pode se tornar um à medida que ganhar um lugar de destaque. Os fatos são corriqueiros, já os acontecimentos ganham permanência.

Na esfera discursiva em que estamos inscritos, um acontecimento é um elemento histórico, ou melhor, é o “*ponto de encontro de uma atualidade e de uma memória*” (PÊCHEUX, 2002, p. 17), em uma dada conjuntura.

Ao ler a coluna S.S, ficamos ante questões sobre a sexualidade postas em uma textualidade que atualiza o que já foi dito sobre sexo. Antes de ser temática de qualquer objeto de leitura, a sexualidade é um acontecimento histórico, descontínuo e exterior (PÊCHEUX, 2002). O dizer sobre o sexo já existe, mas o modo como ele é formulado na coluna permite que seja articulada uma atualização desse acontecimento. Como os sentidos estão ligados a uma memória social sobre o sexo, eles podem produzir deslocamentos nas regularidades anteriores (o que já foi dito e faz sentido), assim, que podem desautorizar sentidos já formulados e incluir outros ‘novos’ sentidos.

A relação poder e sexo, mencionada anteriormente, pode ser descrita por nós não só como um feixe de relações históricas (FOUCAULT, 2001) entre o poder e a sexualidade, mas também como abordagem presente na materialidade textualizada da coluna S.S, isto é, presente na maneira de abordar/formular as questões sobre sexualidade.

Com esta observação, lembramos que nos importa interpretar as relações sócio-históricas do saber/poder sobre o sexo sem, no entanto, nos limitarmos a elas.

As transformações históricas, por exemplo, do que é ou não é lícito, entre o permitido e o proibido dizer e/ou fazer sobre a sexualidade são determinantes na procura pelas ressonâncias (o que foi dito antes e o que é dito agora). No entanto é o modo como o dizer sobre o sexo, característico da textualidade aqui estudada se corporifica, que marca a produção de efeitos de leitura (efeito-leitor) e a atualização desse discurso.

No intuito de entender como essa observação se manifesta em nosso trabalho, vamos voltar a tratar de um tema específico relacionado à sexualidade: a masturbação.

Partindo da análise histórica da sexualidade, via FOUCAULT (1992), localizamos a masturbação como uma das práticas sexuais mais constantemente recusadas no âmbito religioso (moral) - de formação cristã - da sociedade ocidental. A tentativa de controle dessa prática se estabelece, de acordo com o mesmo autor, em uma ordem moral e religiosa (o ato de masturbação como sendo pecaminoso). Essa consideração revela que o discurso sobre sexo foi, a partir de um determinado tempo, estruturado em uma tentativa de controle. FOUCAULT (1992) refere que:

Os controles da masturbação praticamente só começaram na Europa durante o século XVIII. Repentinamente, surge um pânico: os jovens se masturbam. Em nome deste medo foi

instaurado sobre o corpo das crianças – através das famílias, mas sem que elas fossem a sua origem – um controle, uma vigilância, uma objetivação da sexualidade com uma perseguição dos corpos. (FOUCAULT, 1992, p. 146)

Para FOUCAULT (2001) o sexo, a partir do século XVIII, torna-se uma questão política, ou seja, de polícia, *“polícia do sexo: isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição”* (FOUCAULT, 2001, p. 28). Ao ser considerado que a população com problemas econômicos e políticos precisava ser regulada e normatizada, também foi instalada sobre a criança uma ortopedia discursiva sobre o sexo, ou seja, um discurso reduzido e baseado no discurso dos adultos.

No entanto, o discurso sobre o sexo dirigido à criança, mostra um dispositivo voltado para a produção de narrativas e não para sua interdição. O corpo da criança, sendo visto como portador de uma sexualidade ‘natural’ e ‘perigosa’, deve ser reconduzido a padrões mais ‘aceitáveis’, com isso, se instala uma prática contundente contra o onanismo (masturbação). Entretanto, o controle e a vigilância constantes sobre a masturbação da criança não buscam suprimir tal prática, mas expandir o controle e a vigilância sobre os sujeitos infantis.

De acordo com FOUCAULT (2001), a partir do século XVIII, *“o sexo das crianças e dos adolescentes passa a ser importante foco em torno do qual se dispuseram inúmeros dispositivos institucionais e estratégias discursivas”* (FOUCAULT, 2001, p. 32), na medicina, na justiça penal, na economia e na pedagogia. O autor afirma, ainda, que a

sociedade moderna não condena o sexo à obscuridade, mas fala muito e sempre sobre ele, valorizando-o como 'o segredo'. FOUCAULT (2001), ao trazer uma história dos corpos a partir do sexo, declara ser necessário analisar o conhecimento referente ao sexo, não em termos de repressão, mas em termos de poder de lei. Nela, o sujeito é constituído também, como sujeito que é sujeitado, ou seja, aquele que obedece.

A masturbação, enquanto prática sexual, não é aceita pela Igreja Católica. O Cristianismo trata do ato de masturbação como uma prática desordenada e, ainda, como um ato que deve ser inibido. Uma vez que estamos construindo nossa análise na relação língua e exterioridade, esse fato histórico (não isoladamente) está relacionado à atualização do discurso sobre sexo. Mais precisamente, reconhecemos nos dados históricos os elementos que constituem as condições de produção do discurso sobre a sexualidade; no caso de nosso corpus, o modo como esses dizeres são postos caracteriza os vestígios que indicam a produção de efeitos de sentidos.

Acreditamos que a compreensão de como esses dizeres se apresentam textualmente e de como acontecem suas relações com a história e a política social e ideológica da temática (a sexualidade) constituem a formação do efeito-leitor – um ideal de leitura - (ORLANDI, 2001). O que ressoa agora (aquilo que é dito na coluna) produz efeitos de sentidos, *“como espaços virtuais de leitura do enunciado ou seqüência discursiva”* (SERRANI, 1993, p. 47), que já existem (no interdiscurso), ao

mesmo tempo em que são dependentes dos movimentos da história e do próprio discurso. De acordo com GREGOLIN (2003):

Há sempre batalhas discursivas movendo a construção de sentidos na sociedade. Motivo de disputa, signo de poder, a circulação dos enunciados é controlada de forma a dominar a proliferação dos discursos. Por isso, aquilo que é dito tem de, necessariamente, passar por procedimentos de controle, de interdição, de segregação dos conteúdos. Por serem produtos de práticas, social e historicamente determinadas, as maneiras de se utilizarem as possibilidades de discurso são reguladas, regulamentadas: não se pode, absolutamente, falar de uma coisa qualquer, num lugar e tempo qualquer. (GREGOLIN, 2003, p. 12)

A caracterização que estamos construindo cuida para que a análise proposta não se configure em uma investigação de conteúdo, ou de medição de influência, em busca da verdade mascarada pela textualidade da coluna S.S. Interessa-nos, de fato, perceber, através da determinação da materialidade textual, a produção de sentidos presentes na relação social, histórica e ideológica da coluna e do processo de leitura.

Nossa direção de estudo está alicerçada em uma posição que entende que a instância dos processos de produção determina a dos produtos. ORLANDI (1996) assegura:

Mais do que isso, a relação entre estrutura e acontecimento, colocando a interpretação como parte irrecusável da relação homem com a língua e com a história, não a inscreve no entanto no campo da manipulação, da intenção, da mera vontade. Algo que está aquém e além do homem, essa relação não se dá no âmbito de seu controle. Essa é uma relação que o constitui enquanto tal. (ORLANDI, 1996, p. 47)

Mesmo não nos descuidando da relação de produção (sujeito-autor) e de compreensão (sujeito-leitor), na constituição da leitura, já que funciona como dispositivo capaz de fornecer dados e fatos sobre o funcionamento do discurso envolvido nesse processo, entendemos ser tal conhecimento parcial. Em outras palavras, nosso caminho de estudo parte do texto, dos traços da formulação, para chegar ao discurso. Todo o saber (interno e/ou externo ao objeto material/arquivo) que estiver nesse caminho, faz-se constituinte, mas não deve figurar como foco principal.



#### **IV. CONCLUSÃO**

Chegamos ao ponto de reunir o pincelamento das análises que foram construídas em uma leitura contínua do corpus e da teoria discursiva que, nos preceitos de PÊCHEUX (1995), está afinada ao nosso tema de estudo, qual seja: a constituição de efeitos de sentidos sobre a sexualidade na materialidade da coluna Sexo e Saúde do Jornal Folha de S. Paulo.

Partimos em procura das marcas deixadas na formulação da coluna S.S., entendendo ser esse o caminho para mapear a constituição de sentidos neste espaço de leitura e compreender como se constitui o efeito-leitor no lugar de interpretação da coluna.

Direcionamos nossa leitura analítica pela margem de relação entre a descrição e a interpretação (deslizes de sentidos) dos modos e das condições em que o dizer sobre sexo, na coluna S.S., está inscrito. Dessa forma, recortamos a regularidade da pergunta (marca textual) como elo material que nos dá indícios, no interior textual, do exterior discursivo. Esse processo de observação do funcionamento da pergunta é mediado pelo simbólico, pelo que está e não está dito, mas que, dentro de uma formação ideológica, produz efeitos de sentidos.

Consideramos o espaço da mídia, em que a coluna está materializada, enquanto lugar de reprodução ideológica dos modelos de comportamento sociais, de dizeres e de sentidos que já contemplam uma

discursividade do sexo, pois a mídia não inventa sentidos para serem veiculados sob um interesse ideológico determinado. O que marca a produção de leitura na coluna S.S. é a atualização dos sentidos já postos e da ideologia formadora dos dizeres da sexualidade.

A maneira de formular, regulada pelo aspecto informal de escrita, não é mera estratégia mercadológica para atingir o público jovem, ao qual a coluna se destina. Entendemos que há um imaginário, já constituído, que enquadra uma imagem de leitor não habituado à leitura. A coluna, para nós, não está se adequando a um perfil determinado de leitor, mas sim perpetuando, por intermédio de um modo desprendido e coloquial de se posicionar, um padrão de leitura socialmente estabilizado.

A maneira de tratar as questões ditas sexuais na coluna S.S., está na fronteira de uma conduta ideológica de consumo, dentro da moral. Essa conduta é demarcada, não só em sua formulação textual, mas também em uma esfera de não-ditos significativos que ressoam, mesmo em uma roupagem escrita que parece flexível e não autoritária. Há chamados de uma ideologia moralizante que está em conflito com a perspectiva de abordagem do sexo como questão de saúde.

A coluna S.S., enquanto objeto da mídia, exhibe, em seu modo de formular, posições que se consolidam em uma ordem de saturação temática. Fala-se muito sobre sexo, na televisão, na internet, nos jornais (como é o caso de nosso corpus); no entanto a discussão sobre a sexualidade é cerceada por uma constante repetição de valores e de

sentidos, ou seja, é a *“reiteração do mesmo produzindo a ilusão do diferente, do variado”* (ORLANDI, 2001, p. 180).

A instrumentalização do sexo (use isto, faça aquilo) e a banalização das suas questões (a mistura do sexo com prazer, saúde, sentimentos e valores morais e políticos), impressas nas formulações de comportamento que envolvem a sexualidade, na textualidade da coluna, minimizam o espaço de reflexão informativa. Tudo parece óbvio, menos por haver uma razão pragmática para que alguns sentidos sejam ‘naturais’, mais em razão do lugar em que os dizeres são formulados, visto que eles são constituídos na relação sócio-histórica que determina as evidências de sentidos.

A coluna S.S. não precisa discutir, por exemplo, o que seja sexo na adolescência, já que o agenciamento de sentidos que compõem essa discursividade, está alicerçado em uma rede que possibilita a inclusão de muitos sentidos, mas prioriza que somente alguns para ficarem disponíveis. Disso decorre que, dependendo do modo como a coluna formula as questões sexuais, há sempre rótulos de sentidos que ressoam, que colam, que se encaixam no momento da leitura.

Os sentidos, a ideologia e o poder estão em relação e em movimento na formulação textual da coluna. A instrumentalização do sexo como um dispositivo de poder, medido e submetido a regras não é uma imposição da leitura da coluna S.S.

A informação sobre sexo está alicerçada sob a égide da saúde; física e psicológica dos sujeitos. As perguntas deveriam orientar a resposta, costumam e parecem harmonizar a determinação do que seja a sexualidade na adolescência; no entanto sua exposição não dá conta de particularizar as questões sexuais como abertas, como discutíveis. As perguntas se enlaçam apenas como forma de aconselhamento, de confirmação e ordenamento do que já circula, do que já faz sentido.

Há um dizer que informa e, ao mesmo tempo, permite-se a reafirmar conceitos, ações, padrões sociais de comportamento ligados a uma ideologia de elite. Nesse viés de sentidos e formação discursiva, a leitura da coluna S.S. ganha corpo. Se existem dúvidas sobre o corpo, o sexo e as manifestações sexuais, pois tais dúvidas, não só na adolescência, fazem parte de um processo de conhecimento, a coluna difunde: procure um terapeuta, fale com um médico. Essa é a ideologia do consumo, das soluções rápidas e práticas, com a pretensão de ser a difusora de uma educação sexual, talvez o objetivo não seja informar sobre as dúvidas de sexo comuns aos jovens, mas perpetuar as idéias, os padrões do sexo e seu papel social de regulação.

Nossa direção de estudo propõe o não fechamento de nenhum dos capítulos anteriores. A análise se abre para a constituição de sentidos que expõe a sexualidade como mercado. A coluna S.S. pretende ser objeto de leitura, consumível. O consumo dessa leitura está fundamentado em um modo de formular que se legitima na liberalização informativa de um

saber: o do sexo. A pergunta não é respondida. No entanto dá margem a novas questões que não nos deixam esquecer (nos alertam) a necessária disciplina moral e cristã. Esta ressoa seus dogmas na formulação que se diz resposta, reproduzindo a pretensão de nossa sociedade, pois confirma papéis e lugares sociais, diz o que é *melhor*<sup>16</sup> ou *pior*<sup>17</sup> em relação à sexualidade e desconsidera a possibilidade de discussão.

---

<sup>16</sup> Grifo nosso.

<sup>17</sup> Grifo nosso.

## V. BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado**. 6 ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1992.

AUTHIER, Jacqueline. **Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1998.

\_\_\_\_\_. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Trad. de Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos 19**. O Discurso e suas análises. ORLANDI, E. e GERALDI, J. (Orgs.) Campinas, SP : Ed. Unicamp, 1990, p. 25-42.

BARROS, Diana de. Estudos do texto e do discurso no Brasil. **Delta (online)**. 1999, vol. 15, p. 183 – 199. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 20 dez. 2002.

BARTHES, Roland. **Elementos da Semiologia**. 13 ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Rumor da Língua**. Lisboa: Edições 70, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Câmara clara: nota sobre fotografia**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1984.

BORDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1982.

COURTINE, Jean. Os deslizamentos do espetáculo político. In: **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. Org: Maria do Rosário Gregolin. São Carlos: Ed. Claraluz, 2003.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DELEUZE, G., PARNET, C. **Diálogos**. Trad: Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Ed. Escuta, 1998.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Ed. Cia. Das Letras, 1994.

ETHUR, Lucy. **O dizer e a censura: o sujeito-intelectual cala, o sujeito-conselheiro canta**. 1999. 126 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFSM, Santa Maria, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad: Luiz Felipe Baeta Neves. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Trad: Roberto Machado. 10 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

\_\_\_\_\_. **O que é um autor?** 5ª ed. Vega: Passagens, 2002.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Trad.: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. Guilhaon Albuquerque. 14 ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2001.

GALLO, Solange. A autoria: questão enunciativa ou discursiva? In: **Revista Linguagem em (dis)curso on line**. nº 2. Disponível em: <<http://www.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0102/03.htm>. Acesso em: 5 jan. 2003.

GUIMARÃES, Eduardo. & ORLANDI, Eni. Unidade e Dispersão: uma Questão do Texto e Sujeito. In: **Sujeito e Texto**, p. 17 - 35. São Paulo: Educ, 1988.

HANAUER, Jeane. Sexo seguro/voto seguro: a questão do sentido. In: INDURSKY, Freda. (Org). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 1999, p. 138-147.

\_\_\_\_\_. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1997.

HOFF, Beatriz. **O dizer da prática: um discurso constitutivo da formação do sujeito-professor**. 2000. 117 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFSM, Santa Maria, 2000.

INDURSKY, Freda. **Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo de leitura**. In: Ernest – Pereira, Aracy, Funck, Suzana Bornéo. Pelotas: Educat, 2001.

\_\_\_\_\_. O sujeito e as Feridas Narcísicas dos lingüistas. **Revista Gragoatá**, nº 5, 1998, p. 111-120.

JAKOBSON, Roman. **Lingüística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1995.

MARIANI, Bethania. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda. (Org). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 1999, p. 102-121.



\_\_\_\_\_. **Discurso e Memória**. In: Boletim da ABRALIN. Edição 21. Jun. 1997. Disponível em: [http://sw.npd.ufc.br/abralin/boletim21\\_tema32.html](http://sw.npd.ufc.br/abralin/boletim21_tema32.html). Acesso em: 25 ago. 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

NUNES, José. **Discurso de divulgação: a descoberta entre a ciência e a não-ciência**. In: Produção e circulação do conhecimento. Eduardo Guimarães (org.). Campinas, SP: Pontes editores, 2001. p. 31-40.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas, SP: Ed. Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 4 ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. A incompletude do sujeito. E quando o outro somos nós? In: **Sujeito e Texto**. São Paulo: Educ, 1988, p. 9-16.

\_\_\_\_\_. **Discurso e leitura**. 2 ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Ed. Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. Segmentar ou recortar? **Série Estudos**, nº 10. Faculdades Integradas de Uberaba, 1984, p. 9-26.

\_\_\_\_\_. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. In: **Revista Rua**. n° 1. Disponível em: [www.labeurb.unicamp.br/rua1\\_texto2.htm](http://www.labeurb.unicamp.br/rua1_texto2.htm). Acesso em junho de 2003.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2 ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. **O Discurso. Estrutura ou Acontecimento**. 3 ed. Campinas: Ed. Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso. In: F. Gadet e T. Hak (orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, 1993. 319p. p. 61-162.

\_\_\_\_\_. **Ler o arquivo hoje**. In: Gestos de Leitura. Da História no Discurso. Eni Orlandi (org.) Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1994.

SCHERER, Amanda. Lire une langue étrangère: construction et usage de sens em formation doctorale. **Lecture à L'Université – langues maternelle, seconde et étrangère**. 1997, p. 263-269.

\_\_\_\_\_. Um ensaio sobre o aprender e o ensinar na problemática da transferência do conhecimento. **Coleção Ensaios**. n° 2. 1999, p. 189-199.

SERRANI, Silvana. **A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

SOUZA, Pedro de. **Confidências da Carne. O público e o privado na enunciação da sexualidade**. 1993. Tese. 161 f. Doutorado em Ciências. Unicamp, Campinas, SP.

SOUZA, Tânia. A análise do não-verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. In: **Revista Rua** n° 7. Campinas: Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. Carnaval e memória: das imagens e dos discursos. In: **Contracampo 4**, revista do mestrado em Comunicação, imagem e informação. Niterói: UFF, 2000.